



PIAUI 2022

CONJUNTURA ECONOMICA

SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
SEPLAN



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.





PIAUÍ 2022

CONJUNTURA ECONÔMICA

Secretaria de Estado do Planejamento
Washington Luís de Sousa Bonfim

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo –
(CEPRO)
Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Estudos Econômicos e Estatísticas (DEEE)
Diarlison Lucas Silva da Costa

Diretoria de Estudos Sociais e Ambientais (DESA)
Liége de Souza Moura

Diretoria de Planejamento Estratégico e Participativo (DPEP)
Débora Virgínia Ferraz de Oliveira

Gerência de Estudos Econômicos (GEE)
Leonardo dos Reis Melo

Coordenação do Estudo Da Conjuntura Econômica
José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas

EQUIPE TÉCNICA

José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas
João Vítor Rodrigues de Araújo (estagiário)
Leonardo dos Reis Melo

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Luciana Maura Sales de Sousa
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1 AGRICULTURA	4
2 COMÉRCIO	9
2.1 Comércio Varejista.....	9
2.2 Comércio Varejista Ampliado.....	12
3 SERVIÇOS	17
3.1 Evolução do Mercado de Energia Elétrica.....	17
3.2 Número de Consumidores.....	18
3.3 Consumo Médio.....	20
4 COMÉRCIO EXTERIOR.....	21
5 FINANÇAS PÚBLICAS	37
5.1 Receitas do Governo Estadual	37
5.1.1 Receita Corrente Líquida.....	40
5.1.2 Principais Receitas Correntes	40
5.2 Despesas do Governo Estadual	42
5.3 Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida	43
6 PREVIDÊNCIA SOCIAL	46
7 EMPREGO FORMAL.....	48
7.1 Evolução do Emprego Formal por Setores de Atividades Econômicas.....	50
7.2 Trajetória do Estoque ao Longo de 2022.....	51
7.3 Evolução do Emprego nos Municípios mais Populosos.....	52
7.4 Situação do Brasil, Nordeste e demais Regiões do País no Contexto Geográfico	53
7.5 Taxa de Desocupação.....	55
8 RESUMO	59



PIAUÍ 2022

CONJUNTURA ECONÔMICA

APRESENTAÇÃO

A SEPLAN, por meio da Superintendência CEPRO, torna pública a Conjuntura Econômica do Piauí referente ao ano de 2022. Nesta publicação sistemática, são expostos os resultados observados para alguns dos principais segmentos econômicos mediante indicadores que traduzem a dinâmica da economia do Estado do Piauí.

No ano, houve destaque para a pauta exportadora, que apresentou expressivo desempenho ao atingir faturamento de US\$ 1.654.071.764,00, valor 92,8% maior em relação ao ano anterior. Os resultados colocaram o Estado como o de maior crescimento relativo dentre todas as unidades federativas. Tal desempenho se deu principalmente por conta dos produtos da soja e do milho.

O setor agrícola manteve expansão na economia local e nacional. Os dados da produção agrícola evidenciam crescimento de 17,23% na quantidade colhida, com destaque para a soja e o milho.

No Comércio, o volume de vendas apresentou um crescimento de 1,9% nas vendas de varejo e de 2,5% no comércio varejista ampliado, superando os resultados apresentados pelos índices nacionais, de 1,0% e -0,6%, respectivamente.

No setor de Serviços, o crescimento do consumo de energia das classes próprio, industrial e comercial indicam uma demanda de agentes estratégicos à economia estadual. No emprego formal, o setor apresentou um saldo de 8.319 novos postos de trabalho no acumulado dos 12 meses.

Os resultados mencionados contribuíram para que a arrecadação do Estado no ano de 2022 superasse, em termos nominais, a arrecadação do ano anterior em 4,45%, favorecendo uma situação de equilíbrio fiscal.

Dessa forma, as evidências positivas apresentadas ao longo do ano nos principais segmentos econômicos evidenciaram uma melhoria no ciclo de retomada das atividades econômicas e lançam para 2023 uma perspectiva positiva para o cenário macroeconômico e para os efeitos diretos à melhoria dos indicadores socioeconômicos estaduais e, principalmente, nas condições de vida da população e nas políticas públicas assertivas em prol do Piauí.

Cíntia Bartz Machado
Superintendente de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento
Participativo - CEPRO

A produção agrícola estimada do Piauí é mensurada do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) e traz as estimativas das safras dos principais itens das culturas agrícolas (cereais, leguminosas e oleaginosas). Para o ano de 2022, a colheita apresentada de janeiro a dezembro totalizou uma produção de 5.929.957 t, garantindo um crescimento de 17,23% na produção agrícola em relação à obtida em 2021 (5.058.345 t).

Estabelecendo-se como a principal cultura vegetal estadual, a soja representou 51,90% da produção total das culturas agrícolas, com mais 3.077.485 t, o que representa um crescimento de 13,39% em relação às safras de 2021, quando totalizou uma estimativa de 2.713.998 t colhidas.

O segundo produto de maior volume foi o milho, com 2.591.483 t, equivalente a 43,70% da produção agrícola estadual. Com esse estoque, o cultivo do grão variou positivamente em 20,81% em relação ao cultivo de 2021.

Os dados da Tabela 1 mostram a produção agrícola estimada para o ano de 2022, a participação de cada cultura e o comparativo com o resultado apresentado em 2021.

Tabela 1- Produção agrícola estimada no estado do Piauí em 2021/2022 - principais culturas (t)

Produção	Estimada (t) 2021	Part. (%)	Estimada (t) 2022	Part. (%)	Varição (%)
Cereais e Leguminosas					
Fava em grão	680	0,01	696	0,01	2,35
Arroz	97.188	1,92	81.604	1,38	-16,03
Feijão *	53.280	1,05	65.334	1,10	22,62
Milho *	2.145.035	42,41	2.591.483	43,70	20,81
Sorgo em grão	21.261	0,42	75.987	1,28	257,40
Total de cereais e leguminosas	2.317.444	45,81	2.815.104	47,47	21,47
Oleaginosas					
Soja	2.713.998	53,65	3.077.485	51,90	13,39
Algodão herbáceo **	26.903	0,53	37.368	0,63	38,90
Total de oleaginosas	2.740.901	54,19	3.114.853	52,53	13,64
Total geral	5.058.345	100,00	5.929.957	100,00	17,23

Fonte: IBGE/LSPA 2021/2022. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Notas: * Inclusas 1ª e 2ª safras do ano.

** Quantidade referente ao caroço que representa 67% do peso bruto, o restante de 33% é de pluma.

A Tabela 2 contém os dados da estimativa de área colhida e da participação das culturas nos anos de 2021 e de 2022.

Tabela 2 - Área colhida estimada no Piauí em 2021/2022 - principais culturas (ha)

Área colhida	Estimativa (ha) 2021	Part. (%)	Estimativa (ha) 2022	Part. (%)	Varição (%)
Cereais e Leguminosas					
Fava em grão	2.373	0,15	2.019	0,12	-14,92
Arroz	55.755	3,49	45.058	2,59	-19,19
Feijão *	183.506	11,47	191.108	10,97	4,14
Milho *	505.354	31,59	582.616	33,43	15,29
Sorgo em grão	11.224	0,70	35.364	2,03	215,07
Total de cereais e leguminosas	758.212	47,39	856.165	49,13	12,92
Oleaginosas					
Soja	832.063	52,01	872.906	50,09	4,91
Algodão herbáceo **	9.512	0,59	13.475	0,77	41,66
Total de oleaginosas	841.575	52,61	886.381	50,87	5,32
Total geral	1.599.787	100,00	1.742.546	100,00	8,92

Fonte: IBGE/LSPA 2021/2022. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Notas: * Inclusas 1ª e 2ª safras do ano.

** Quantidade referente ao caroço que representa 67% do peso bruto, o restante de 33% é de pluma.

Em relação às principais culturas, a soja e o milho apresentaram crescimentos nas áreas colhidas de 19,19% e 4,91%, respectivamente. Para a soja, a estimativa é de que a colheita tenha sido realizada em cerca de 872.906 ha, enquanto que a área de colheita do milho tenha atingido 582.616 ha.

Quanto à cultura do milho, a estimativa é que o produto colhido tenha tido um incremento de 20,81% na produção estimada para o período em análise. Para 2022, a produção foi de 2.591.483 t, em uma área colhida de 582.616 ha, com estimativa de crescimento de 15,29% na produtividade na área de plantio.

Em relação ao feijão, os dados da LSPA demonstram crescimento de 22,62% na produção agrícola e de 4,14% na área a ser colhida. A previsão de produção foi de 65.334 t em uma área colhida de 191.108 ha.

A cultura do algodão apresentou uma estimativa de crescimento de 38,90% na produção agrícola e de 41,66% de área colhida. Estima-se que, no ano, tenha sido colhido 37.368 t em uma área colhida de 13.475 ha.

A cultura do sorgo em grãos foi a que apresentou maior expansão, tanto para quantidade de produção (257,40%) quanto de área colhida

(215,07). Em termos nominais, a estimativa é de uma produção de 75.987 t, em uma área de colheita de 35.364 ha.

A fava, cultura de baixa expressão na quantidade produzida e na área colhida, apresentou um crescimento da produção na ordem de 2,35% e de redução de 14,92% na área colhida. A estimativa foi de uma produção de 696 t para uma área colhida de 2.019 ha.

A Tabela 3 registra o rendimento médio da produção agrícola das sete principais culturas de cereais, leguminosas e oleaginosas no Piauí.

Tabela 3 - Área colhida estimada no Piauí em 2021/2022 - principais culturas (ha)

Culturas	Rendimento médio	
	2021	2022
Cereais, Leguminosas Oleaginosas		
Arroz	1.743	1.811
Milho	4.245	4.448
Sorgo em grão	1.894	2.149
Soja	3.262	3.526
Algodão	2.828	2.773
Feijão	290	342
Fava	287	345

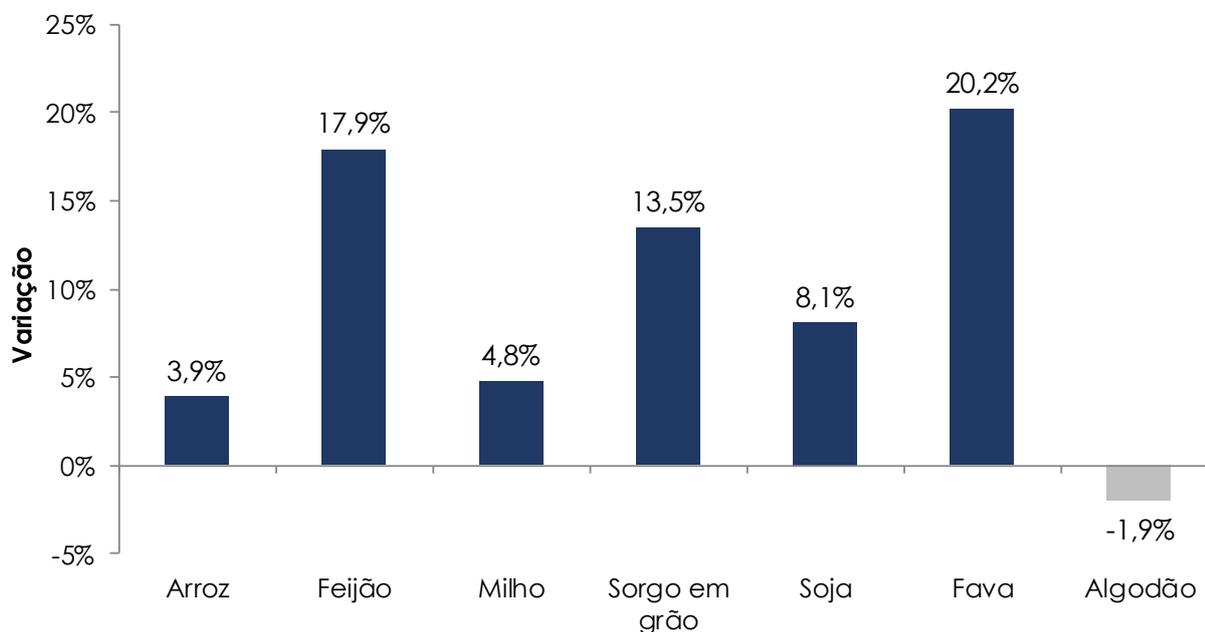
Fonte: IBGE/LSPA 2021/2022. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Os dados da produção agrícola revelam que apenas a cultura do algodão apresentou retração no rendimento médio. Em sentido oposto, a soja obteve um ganho de 264 kg/ha em relação à safra e colheita de 2021, representando um aumento de 8,1% no rendimento médio da produção.

De acordo com os dados, é possível constatar um aumento de 203 kg/ha no rendimento médio do milho; de 255 kg/ha em relação à cultura do sorgo; e de 68 kg/ha para o arroz.

O Gráfico 1 indica a variação do rendimento médio da produção agrícola das principais culturas do Piauí para 2022 em relação ao mesmo período de 2021.

Gráfico 1 - Variação (%) do rendimento médio da produção agrícola (kg/ha) no Piauí - 3º trimestre de 2022



Fonte: Fonte: IBGE/LSPA 2021/2022. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

A Tabela 4 destaca a quantidade esperada da produção de grãos das principais culturas do Piauí e dos estados nordestinos.

Tabela 4 - Principais culturas do Piauí e do Nordeste – produção agrícola esperada em 2022

Estados	Principais Culturas							
	Soja (em grãos)	Part. %	Arroz (em casca)	Part. %	Milho (em grãos)	Part. %	Feijão (em grãos)	Part. %
Nordeste	13.805.514	100	338.949	100	9.394.299	100	610.682	100
Piauí	3.077.485	22,29	81.604	24,08	2.591.483	27,59	65.334	10,70
Ceará	7.704	0,06	17.378	5,13	527.099	5,61	101.127	16,56
Maranhão	3.468.243	25,12	171.360	50,56	2.234.936	23,79	28.034	4,59
Pernambuco	-	-	4.812	1,42	150.620	1,60	111.940	18,33
Alagoas	11.346	0,08	16.971	5,01	58.368	0,62	9.512	1,56
Paraíba	56	0,00	3.219	0,95	70.933	0,76	27.032	4,43
Rio Grande do Norte	-	-	2.923	0,86	32.882	0,35	21.297	3,49
Bahia	7.240.680	52,45	750	0,22	2.840.800	30,24	243.910	39,94
Sergipe	-	-	39.932	11,78	887.178	9,44	2.496	0,41

Fonte: IBGE/LSPA 2021/2022. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Os dados e as estimativas obtidas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola fundamentam o seguinte quadro:



- 1) O Piauí ocupa a 3ª posição na produção de soja no Nordeste, participando com 22,29% da produção na região, ficando atrás da Bahia e Maranhão;
- 2) O Piauí ocupa a 2ª posição na produção de arroz no Nordeste, participando com 24,08% da produção na região, sendo superado pelo Maranhão;
- 3) O Piauí ocupa a 2ª posição na produção de milho no Nordeste, participando com 27,59% da produção na região, ficando atrás da Bahia;
- 4) O Piauí ocupa a 4ª posição na produção de feijão no Nordeste, participando 10,70% da produção na região, sendo superado pela Bahia, Pernambuco e Ceará.

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), publicação realizada pelo IBGE, produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento do comércio em seus principais segmentos tomando como indicador o volume de vendas. São bases da pesquisa as empresas formalmente constituídas, que possuam 20 ou mais pessoas ocupadas e que têm o Comércio Varejista como atividade principal.

Os indicadores da pesquisa são disponibilizados em dados mensais e analisados conforme o acumulado no ano e nos últimos 12 meses. A análise desse segmento leva em consideração o comparativo para o trimestre e para o acumulado do ano (janeiro a dezembro).

2.1 Comércio Varejista

Segundo dados da PMC, o Comércio Varejista do Estado do Piauí apresentou um crescimento nas vendas dos meses de outubro (1,3%) e novembro (4,8%) e uma diminuição de 2,3% no mês de dezembro. No acumulado do ano, as vendas de produtos e serviços ligadas ao setor cresceram 1,9%, demonstrando uma expansão mais moderada no volume de vendas em relação ao ano anterior, quando resultou numa alta de 9,8%.

No cenário nacional, o desempenho apresentado pelas vendas do comércio varejista do Brasil registrou uma expansão de 2,7% em outubro, 1,4% em novembro e 0,4% em dezembro, acumulando um crescimento de 1,0% de janeiro a dezembro.

Nesse cenário, o resultado apresentado pelo Estado foi o 5º maior da região Nordeste e, juntamente com Acre, o 15º crescimento entre as 27 unidades federativas, superando as variações apresentadas por São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, quatro dos estados de maiores volumes do varejo comum interno, conforme os dados da Tabela 5.

Tabela 5 - Variação (%) do volume de vendas do Comércio Varejista por Unidade da Federação no Brasil e UFs em 2022 (outubro a dezembro e acumulado no ano)

Unidade da Federação	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Outubro	Novembro	Dezembro	2021	2022
Brasil	2,7	1,4	0,4	1,4	1,0
Norte					
Rondônia	-1,2	-3	1,1	7,1	-1,5
Acre	5,4	2	4,4	3,3	1,9
Amazonas	3,5	-0,6	-0,1	-1,3	2,2
Roraima	16,6	7,4	2,1	6,2	11,1
Pará	3,8	-1	-0,1	7	4,2
Amapá	26,1	14,7	8	8,5	6,1
Tocantins	-3,9	-0,6	-0,8	-7,4	-2,1
Nordeste					
Maranhão	6,3	4,2	1,7	-1,9	2,2
Piauí	1,3	4,8	-2,3	9,8	1,9
Ceará	2,9	1,5	2,5	-3,3	4,3
Rio Grande do Norte	2,7	3,8	-1,1	-1	0,8
Paraíba	31,3	32,2	22,6	-4	13,9
Pernambuco	-0,8	-3,1	-1,3	1,3	-4,1
Alagoas	8,8	1,8	6,8	-1	7,2
Sergipe	5,3	9	5,6	-3,8	1,3
Bahia	-1,6	0,2	1,3	-0,6	-3,4
Centro-Oeste					
Mato Grosso do Sul	7,4	4,4	6,3	5,6	6,5
Mato Grosso	12,2	5,1	11,6	-0,6	8,5
Goiás	0,5	-1,4	-1,7	-0,5	-0,4
Distrito Federal	6,4	4,7	-1,9	-5	2,8
Sudeste					
Minas Gerais	4,9	2,2	1,7	3,1	2,0
Espírito Santo	2,3	5	2,5	6,8	5,8
Rio de Janeiro	-0,7	-2,4	-6,2	-0,5	-3,5
São Paulo	0,6	-0,6	-0,6	2,3	-0,4
Sul					
Paraná	4	1,5	0,3	-0,4	0,1
Santa Catarina	2,7	4,2	2,2	1,5	1,1
Rio Grande do Sul	5,7	5,8	3,7	2,9	7,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Das 27 Unidades da Federação, dez apresentaram queda no volume de vendas do Comércio Varejista no mês de dezembro. Levando-se em

consideração os desempenhos de janeiro a dezembro, sete estados apresentaram redução de vendas.

Em relação às regiões, os resultados mais expressivos foram alcançados por:

- Roraima, na região Norte (11,1%);
- Paraíba, na região Nordeste (13,9%);
- Mato Grosso, na região Centro-Oeste (8,5);
- Espírito Santo, na região Sudeste (5,8 %);
- Rio Grande do Sul, na região Sul (7,1%).

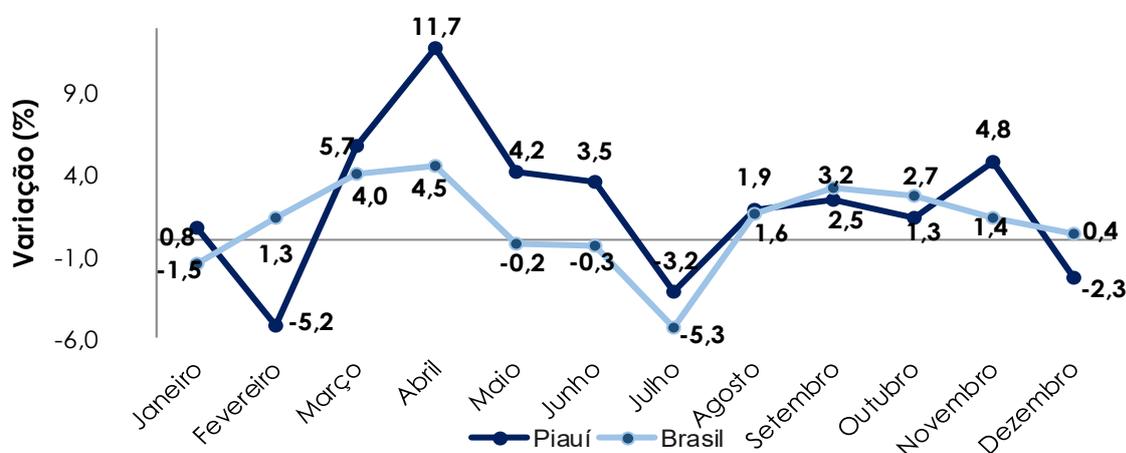
Os dados do volume de vendas do Comércio Varejista do Piauí e do Brasil estão disponíveis na Tabela 6 e representados no Gráfico 2, evidenciando que o Estado obteve resultados superiores à média nacional nos anos de 2021 e 2022, apesar do decréscimo apresentado no último mês.

Tabela 6 - Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista em 2022 (outubro a dezembro e acumulado no ano) no Piauí e Brasil

Unidade da Federação	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Outubro	Novembro	Dezembro	2021	2022
Piauí	1,3	4,8	-2,3	9,8	1,9
Brasil	2,7	1,4	0,4	1,4	1,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Gráfico 2 - Variação (%) do volume de vendas do Comércio Varejista no Piauí e Brasil em 2022 (janeiro a dezembro)



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

O Gráfico 2 destaca que entre os meses de março a agosto o resultado apresentado pelo Comércio Varejista no Piauí superou a taxa média apresentada pelo desempenho nacional, o que também aconteceu em janeiro e novembro, apresentando um resultado inferior nos meses de fevereiro, setembro, outubro e dezembro.

2.2 Comércio Varejista Ampliado

O Comércio Varejista Ampliado é composto pelos grupos de atividades do varejo, acrescido dos segmentos Veículos e motocicletas, partes e peças e Material de construção. Essa diferenciação acontece porque, enquanto os demais segmentos têm suas receitas geradas predominantemente na atividade varejista, estes dois últimos abrangem tanto varejo como atacado.

A Tabela 7 apresenta os dados do resultado do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado por Unidade da Federação.

Tabela 7 - Variação (%) do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado por Unidade da Federação no Brasil e Unidades Federativas em 2022 (outubro a dezembro e acumulado no ano)

Unidade da Federação	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Outubro	Novembro	Dezembro	2021	2022
Brasil	0,3	-1,4	-0,6	4,5	-0,6
Norte					
Rondônia	-5,9	-4,7	-0,1	11,1	-1,8
Acre	3,6	5,6	9,2	4,3	0,6
Amazonas	1,0	-1,3	-2,7	-0,5	0,0
Roraima	10,9	4,4	-0,2	10,7	6,8
Pará	-1,5	-2,5	-0,9	9,4	1,4
Amapá	18,4	9,5	5,0	7,0	1,9
Tocantins	-5,6	6,2	-0,6	3,5	3,6
Nordeste					
Maranhão	2,3	1,7	0,9	2,2	-0,2
Piauí	4,1	6,2	0,9	12,5	2,5
Ceará	-5,0	-5,8	-3,5	7,1	0,3
Rio Grande do Norte	2,0	4,1	-0,8	2,3	0,5
Paraíba	18,6	22,5	21,7	2,0	8,4
Pernambuco	-13,5	-14,8	-15,4	17,9	-10,1

Alagoas	4,3	0,0	7,0	4,4	3,9
Sergipe	-6,6	0,2	0,1	6,1	0,5
Bahia	-10,5	-9,6	-7,1	7,3	-6,7
Centro-Oeste					
Mato Grosso do Sul	5,7	1,9	0,8	11,5	4,3
Mato Grosso	7,1	6,6	11,1	6,4	6,1
Goiás	3,8	-2,5	-5,2	10,1	1,5
Distrito Federal	3,0	3,5	-0,1	-2,2	-1,0
Sudeste					
Minas Gerais	3,7	-0,9	-0,7	5,4	0,9
Espírito Santo	-1,2	2,0	3,6	13,6	0,3
Rio de Janeiro	-0,7	-5,4	-5,5	2,3	-4,2
São Paulo	0,0	-1,4	-0,1	1,7	-1,4
Sul					
Paraná	0,5	-2,2	-0,1	1,8	-2,7
Santa Catarina	1,0	-0,3	2,0	8,6	2,5
Rio Grande do Sul	3,7	3,0	3,2	4,0	3,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

A variação do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado do Piauí apontou acréscimo de 2,5% entre janeiro e dezembro de 2022, bem superior ao comportamento apresentado por grande parte das unidades federativas, que estabeleceram uma queda de 0,6% no volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado nacional.

Junto aos resultados de outubro (4,1%), novembro (6,2%) e dezembro (0,9%) as vendas desse segmento garantiram, no acumulado do ano, um crescimento de 2,5%. Ao mesmo tempo, o volume de vendas do comércio nacional revelou uma retração de 0,6% dentre as atividades incluídas no varejo ampliado.

Com esse desempenho, o indicador aponta que os índices de crescimento das vendas do Comércio Varejista Ampliado do Piauí e de Santa Catarina (2,5%) foram os maiores dentre todos os 27 estados (8ª posição).

O comparativo entre os dados da variação do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado do Piauí em relação à média nacional está demonstrado na Tabela 8.

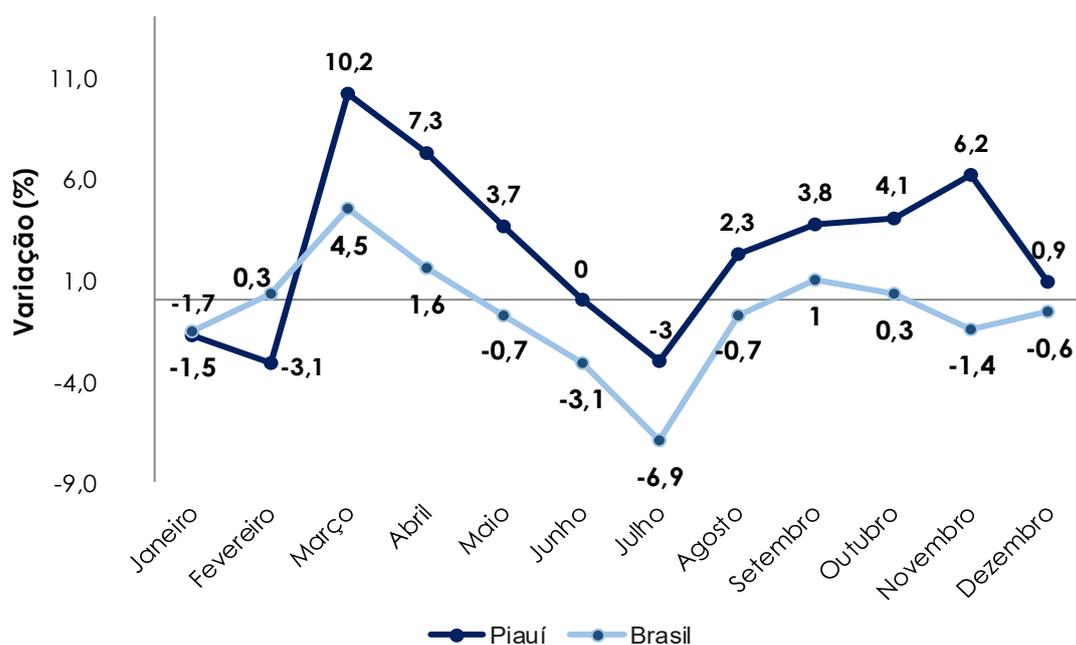
Tabela 8 - Variação (%) de volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado no Piauí/Brasil em 2022 (outubro a dezembro e acumulado no ano)

Unidade da Federação	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Outubro	Novembro	Dezembro	2021	2022
Piauí	4,1	6,2	0,9	12,5	2,5
Brasil	0,3	-1,4	-0,6	4,5	-0,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Os dados do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado do Piauí e do Brasil estão demonstrados no Gráfico 3, indicando que o desempenho apresentado pelo Estado supera o resultado médio do Brasil em quase todos os meses, excetuando-se o primeiro bimestre.

Gráfico 3 - Variação (%) de volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado no Piauí/Brasil em 2022 (janeiro a dezembro)



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Segundo as regiões brasileiras, os melhores desempenhos acumulados até o terceiro trimestre de 2022 foram:

- Roraima, na região Norte (6,8%);
- Paraíba, na região Nordeste (8,4%);
- Mato Grosso, na região Centro-Oeste (6,1%);

- Minas Gerais, na região Sudeste (0,9%);
- Rio Grande do Sul, na região Sul (3,7%).

Em relação ao volume de vendas do Comércio Varejista e do Comércio Varejista Ampliado, por grupos de atividades, os indicadores em nível nacional encontram-se na Tabela 9.

Tabela 9 - Indicadores do volume de vendas do Comércio Varejista e Comércio Ampliado segundo os grupos de atividades no Brasil em 2022 (outubro a dezembro e acumulado no ano)

Atividades	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Outubro	Novembro	Dezembro	2021	2022
Comércio Varejista **	2,7	1,4	0,4	1,4	1,0
1. Combustíveis e Lubrificantes Hipermercados,	17,4	30,3	34,8	0,3	16,6
2. Supermercados, Prod. Alimentícios, Bebidas e Fumo	-0,3	1,4	3,8	-2,6	1,4
2.1 Hipermercados e Supermercados	0,0	1,7	4,2	-2,4	1,5
3. Tecidos, Vestuário e Calçados	-16,2	-5,5	-9,5	13,8	-0,5
4. Móveis e Eletrodomésticos	-14,5	-8,7	-5,9	-7,0	-6,7
4.1 Móveis	-17,2	-19,7	-17,4	-1,8	-11,1
4.2 Eletrodomésticos	-13,6	-3,6	-0,5	-9,1	-5,1
Artigos Farmacêuticos,					
5. Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	4,0	6,6	5,9	9,8	6,3
Equip. e Materiais para					
6. Escritório, Informática e Comunicação	8,5	-0,2	0,1	-2,0	1,7
7. Livros, Jornais, Revistas e Papeleria	13,7	0,1	0,3	-16,9	14,8
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-28,7	-10,5	-10,0	12,7	-8,4
Comércio Varejista Ampliado ***	0,3	-1,4	-0,6	4,5	-0,6
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	-0,8	-5,5	-1,8	14,9	-1,7
10. Material de Construção	-12,8	-11,1	-7,1	4,4	-8,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Notas:** O indicador do Comércio Varejista é composto pelo resultado das atividades de 1 a 8.

*** O indicador do Comércio Varejista Ampliado é composto pelo resultado das atividades de 1 a 10.

Analisando as atividades é possível constatar que a elevação na intensidade das vendas do Comércio Varejista no acumulado do ano para o Brasil foi observada em cinco das oito atividades: Combustíveis e

lubrificantes (16,6%), Livros, jornais, revistas e papelaria (14,8%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (6,3%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (1,7%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,4%).

As atividades que mostraram resultados de diminuição nas vendas no Comércio Varejista foram: Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-8,4%) Móveis e eletrodomésticos (-6,7%) e Tecidos, vestuário e calçados (-0,5%).

Ao analisar o Comércio Varejista Ampliado, verifica-se que o volume de vendas para 2022 passa a ser negativo na ordem de 0,6%, uma vez que as atividades de Material de construção e de Veículos, partes e peças acumularam uma retração de 8,7% e 1,7%, respectivamente, ao longo dos 12 meses de 2022.

O consumo de energia elétrica fornece um indicativo de quão ativo estão as redes de produção e consumo de bens e serviços, permitindo mensurar a utilização de um dos principais insumos para a oferta e prestação de serviços.

3.1 Evolução do Mercado de Energia Elétrica

No que se refere ao consumo de energia elétrica no Piauí, houve uma utilização de 3.990.017 MWh, o que representa um cenário de estabilidade, já que corresponde a aumento de 0,87% em relação ao consumo de 2021.

Quanto ao faturamento por classes, as variações de consumo mais intensas ocorreram no Poder Público (19,92%) e no Comércio (3,92%), como evidenciam os dados da Tabela 10 e do Gráfico 4.

Tabela 10 - Evolução do consumo de energia elétrica por classe (MWh) no estado do Piauí em 2021/2022

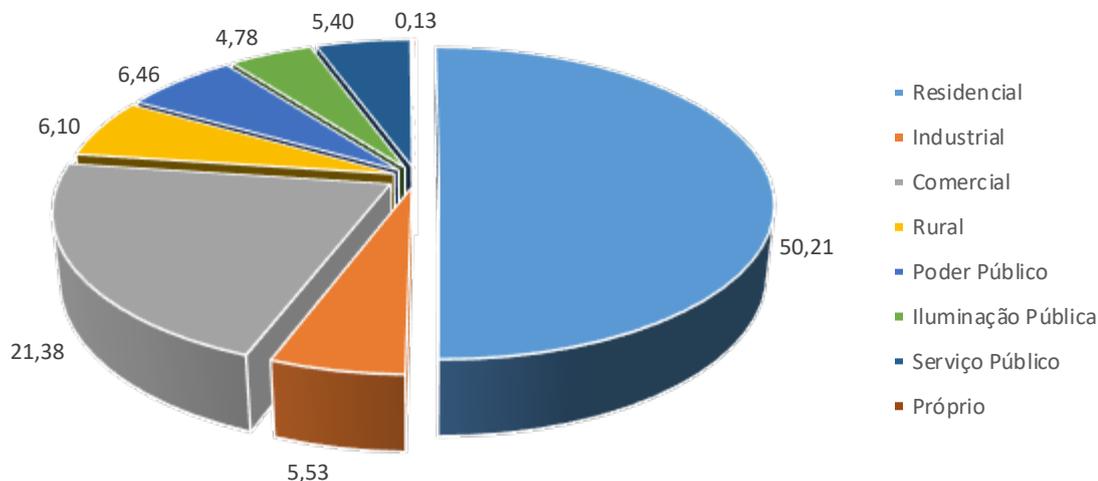
Classe	2021 (MWh)	Participação (%)	2022 (MWh)	Participação (%)	Var 21/22 (%)
Residencial	1.991.636	50,35	2.003.427	50,21	0,59
Industrial	221.627	5,60	220.829	5,53	-0,36
Comercial	820.961	20,75	853.117	21,38	3,92
Rural	272.755	6,90	243.331	6,10	-10,79
Poder Público *	218.683	5,53	257.868	6,46	17,92
Iluminação Pública	217.083	5,49	190.707	4,78	-12,15
Serviço Público **	207.842	5,25	215.575	5,40	3,72
Próprio	5.035	0,13	5.163	0,13	2,54
Total	3.955.622	100	3.990.017	100	0,87

Fonte: Equatorial Piauí. Assessoria de Mercado e Comercialização de Energia (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Notas: * Poder Público – energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais.

** Serviço Público – energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento (ex.: Aagespisa).

Gráfico 4 - Consumo de energia elétrica por classe (MWh) e participação no mercado no estado do Piauí em 2022



Fonte: Equatorial Piauí. Assessoria de Mercado e Comercialização de Energia (2023).

Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Notas: * Poder Público – energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais.

** Serviço Público – energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento (ex.: Agepsisa).

Os consumos residencial e comercial lideraram a participação no setor, que representaram 50,21% e 21,38% do consumo total, respectivamente. Destaca-se que o consumo do setor comercial vem apresentando crescimento constante, indicando um aumento da demanda e de conseqüente crescimento das atividades do setor. A classe industrial concentrou 5,53% do consumo total de energia.

3.2 Número de Consumidores

O número de consumidores para o mês de dezembro atingiu 1.422.073 clientes, incremento de 4,16%, com a incorporação 56.832 novos consumidores em relação a dezembro de 2021. Apresentaram crescimento no número de usuários as classes Residencial (5,46%), Serviço Público (3,96%), Poder Público (2,46%), Comercial (1,42%) e Iluminação Pública (1,03%), de acordo com os dados da Tabela 11 e do Gráfico 5.

Tabela 11 - Evolução do número de consumidores por classe no estado do Piauí em 2021 e 2022

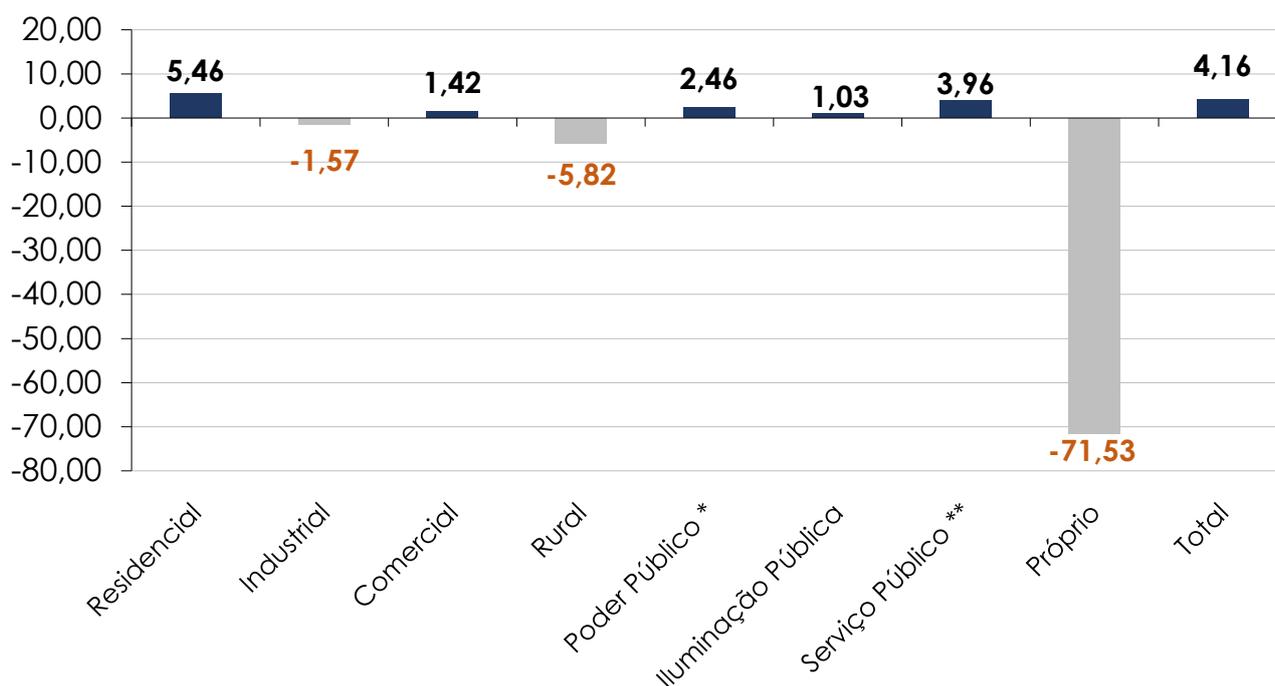
Classe	2021	2022	Var. %
Residencial	1.132.019	1.193.877	5,46
Industrial	2.415	2.377	-1,57
Comercial	86.979	88.216	1,42
Rural	118.000	111.130	-5,82
Poder Público *	16.394	16.797	2,46
Iluminação Pública	780	788	1,03
Serviço Público **	8.510	8.847	3,96
Próprio	144	41	-71,53
Total	1.365.241	1.422.073	4,16

Fonte: Equatorial Piauí. Assessoria de Mercado e Comercialização de Energia (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Notas: * Poder Público – energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais.

** Serviço Público – energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento (ex.: Agepsisa).

Gráfico 5 - Evolução do número de consumidores por classe no estado do Piauí em 2021/2022



Fonte: Equatorial Piauí. Assessoria de Mercado e Comercialização de Energia (2023).

Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Notas: * Poder Público – energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais.

** Serviço Público – energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento (ex.: Agepsisa).

3.3 Consumo Médio

O consumo médio leva em consideração a quantidade de energia elétrica dispendida por cada usuário da respectiva classe. Nesse sentido, o dispêndio médio por consumidor residencial foi de 143,73 kWh, queda de 3,41%. Já o consumo médio por consumidor comercial foi de 814,75 kWh, crescimento de 3,35%, enquanto o consumidor industrial foi de 7.847,95, acréscimo de 3,23%.

Em relação à Iluminação Pública, que é a classe que mais apresenta consumo principal, houve uma diminuição de 21,95% dos recursos energéticos utilizado.

Tabela 12 - Consumo por consumidor (KWh) – média mensal no estado do Piauí em 2021 e 2022

Classe	2021 (KWh)	2022 (kWh)	Var. %
Residencial	148,81	143,73	-3,41
Industrial	7.602,07	7.847,95	3,23
Comercial	788,33	814,75	3,35
Rural	190,45	182,12	-4,37
Poder Público*	1.113,44	1.292,29	16,06
Iluminação Pública	25.102,58	19.593,78	-21,95
Serviço Público**	2.125,60	2.069,23	-2,65
Próprio	2.641,03	3.467,66	31,30

Fonte: Equatorial Piauí. Assessoria de Mercado e Comercialização de Energia. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Notas: * Poder Público – energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais.

** Serviço Público – energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento (ex.: Agespisa).

Em relação aos dados apresentados para o setor, o aumento do consumo médio das classes Próprio (31,30%), Industrial (3,23%) e Comercial (3,35%) indicam uma demanda de agentes estratégicos da economia. Assim, o aumento do uso elétrico por segmentos que traduzem a oferta de serviços gerais e coletivos reflete um aumento da dinâmica dos agentes econômicos e da economia estadual.

O comércio internacional realizado pelos produtos oriundos do Piauí apresentou um crescimento das exportações ao longo de todo o ano de 2022. Os valores provenientes da pauta de exportação possibilitaram o maior crescimento relativo dentre todas as unidades federativas, resultado que está diretamente vinculado ao crescimento do agronegócio.

Entre janeiro e dezembro as transações com o mercado exterior garantiram uma receita nominal de exportações no valor de US\$ 1.654.071.764,00, representando um crescimento nominal de 92,8% em relação ao valor realizado ao longo de 2021, quando somaram US\$ 857.698.968.

Os principais produtos da pauta de exportação foram soja (US\$ 1.154.000.460), milho (US\$ 328.905.052), tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (US\$ 48.546.398) e mel (US\$ 42.300.646), como indica a Tabela 13. Nesse sentido, a taxa de participação desses quatro principais produtos corresponde a 95% do faturamento das exportações do Piauí em 2022.

Em termos de quantidade, o volume de exportação totalizou 3.220.339 toneladas, o que representa um crescimento de 74,2% quando comparado ao volume exportado em 2021 e marca um novo recorde na quantidade de exportações para o período. Destaca-se que desse total 60,25% representa a comercialização da soja, que se mantém como principal produto de comércio internacional do estado e do país.

Em relação à soja, o cenário de comercialização da *commodity* teve reflexo direto da cotação do produto no exterior, uma vez que o volume de grãos exportados representou um aumento de 29,3% em relação ao ano anterior, mas o preço, fortalecido pela demanda externa, fez com que o aumento do faturamento ficasse em 75,2%, conforme visível na Tabela 13.

O segundo principal produto da pauta de exportação no período, o milho, teve um crescimento de 480,8% no faturamento da comercialização anual, recuperando a queda acumulado no ano de 2021. Diferentemente da soja, o volume comercializado do milho teve um crescimento significativo, na ordem de 308,3%.

Tabela 13 - Faturamento, volume das exportações e variação (%) no estado do Piauí em 2021 e 2022

Produto	Codigo SH4	2021		2022		Variação (%)	
		Faturamento (US\$ 1,00)	Volume (kg)	Faturamento (US\$ 1,00)	Volume (kg)	Faturamento	Volume (kg)
Soja, mesmo triturada	1201	658.493.128	1.500.731.765	1.154.000.460	1.940.236.624	75,2	29,3
Milho	1005	56.628.384	280.354.244	328.905.052	1.144.816.431	480,8	308,3
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	2304	11.629.581	27.785.460	48.546.398	100.977.671	317,4	263,4
Mel natural	0409	42.078.641	11.928.988	42.300.646	11.346.670	0,5	-4,9
Ceras vegetais	1521	49.786.038	8.970.733	38.096.904	6.586.184	-23,5	-26,6
Algodão ¹	5201	10.738.652	6.058.346	20.652.211	9.258.868	92,3	52,8
Compostos heterocíclicos	2932	7.887.587	140.470	11.164.677	154.688	41,5	10,1
Alcalóides	2939	5.953.450	1.664	1.317.250	386	-77,9	-76,8
Crustáceos	0306	2.147.094	36.603	968.355	21.657	-54,9	-40,8
Peles curtidas ou em crosta	4105	2.299.910	78.722	1.670.598	66.903	-27,4	-15,0
Couros de ovinos preparados após curtimenta	4112	397.564	16.992	1.174.855	35.801	195,5	110,7
Couros de outros animais após curtimenta	4113	272.652	16.155	486	23	-99,8	-99,9
Máquinas e aparelhos mecânicos diversos	8479	220.781	59.480	-	-	-	-
Quartzo	2506	545.293	1.873.525	721.649	2.380.117	32,3	27,0
Transformadores elétricos, conversores elétricos, bobinas	8504	674.611	15.470	279.551	1.786	-58,6	-88,5
Suportes para distribuição de energia eléctrica	8537	-	-	292.244	1.628	-	-
Legumes de vagem, secos, em grão	0713	5.097.910	6.164.007	2.318.771	3.491.673	-54,5	-43,4
Glicerol	1520	954.278	2.547.615	366.310	549.040	-61,6	-78,4
Outras obras de ferro ou aço	7326	141.701	57.470	-	-	-	-
Granito e outras pedras de cantaria ou de construção	2516	156.172	546.040	12.064	39.310	-92,3	-92,8
Pedras preciosas ou semipreciosas	7103	16.209	0 ²	93.912	3	479,4	-
Peixes congelados	0303	498.331	76.603	554.381	65.877	11,2	-14,0
Preparações capilares	3305	61.588	9.155	58.001	3.735	-5,8	-59,2
Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju	0801	451.151	55.816	315.782	31.979	-30,0	-42,7
Mármore e outras pedras calcárias	2515	120.529	389.820	4.502	13.800	-96,3	-96,5
Demais Produtos	(*)	447.733	558.129	256.705	258.606	-42,7	-53,7
Total	-	857.698.968	1.848.473.272	1.654.071.764	3.220.339.460	92,8	74,2

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Nota: (1) Algodão sem caroço.

(*) Códigos SH4 dos demais produtos: 0101; 0302; 0304; 0703; 0811; 1207; 1702; 2106; 2514; 2515; 2517; 2915; 2938; 3304; 3307; 3504; 3702; 3923; 3924; 4106; 4113; 4602; 5701; 6104; 6106; 6112; 6204; 6206; 6801; 6802; 6913; 6914; 7309; 8203; 8471; 8516; 8517; 8532; 8536; 8541; 8712; 8714; 9021; 9403; 9506; 9603.

Os produtos de comercialização que se tornaram constantes na pauta de exportações da economia estadual, especificamente o mel, as ceras

vegetais (cera de carnaúba) e a castanha de caju apresentaram uma diminuição em termos de volume na ordem de 4,9%, 26,6% e 42,7%, respectivamente.

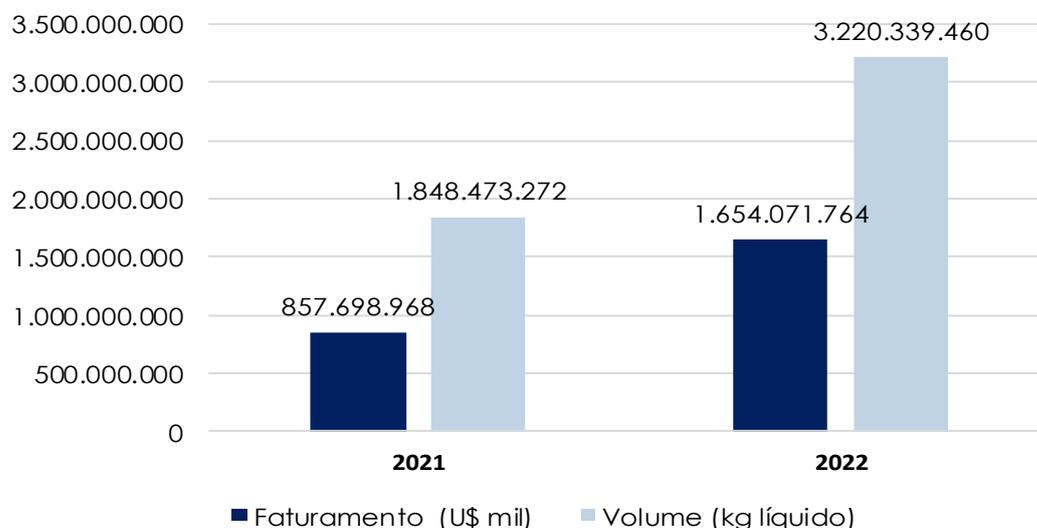
A variação percentual do faturamento e volume das exportações estão dispostos na Tabela 14 e Gráfico 6 a seguir.

Tabela 14 - Faturamento e volume das exportações no estado do Piauí em 2021 e 2022

Exportações	2021	2022	Var. (%)
Faturamento (U\$ mil)	857.698.968	1.654.071.764	92,85
Volume (kg líquido)	1.848.473.272	3.220.339.460	74,22

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Gráfico 6 - Faturamento e volume das exportações no estado do Piauí em 2021 e 2022

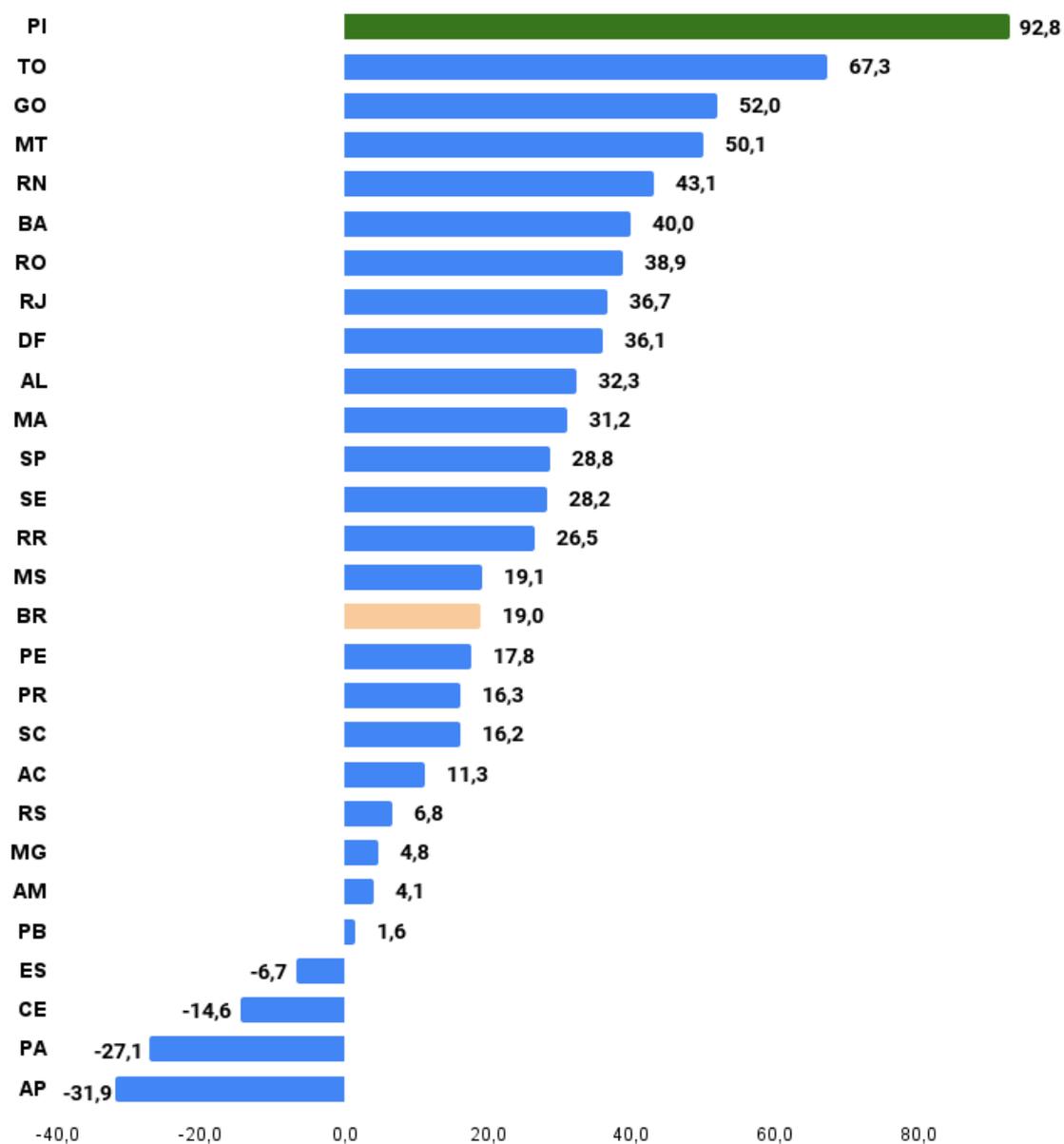


Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

O desempenho das exportações brasileiras apresentou um crescimento de 19% em relação a 2021, resultado fortemente influenciado pelo aumento das exportações de *commodities*.

Com relação ao comportamento das exportações brasileiras por estados, **o Piauí apresentou a maior taxa de crescimento (92,85%)**, seguido dos estados de Tocantins (67,27%), Goiás (52,03%) e Mato Grosso (50,14%), conforme os dados apresentados no Gráfico 7 e na Tabela 15.

Gráfico 7 – Crescimento do faturamento das exportações (%) por estados – (2022)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Tabela 15 - Comportamento das exportações por estados brasileiros em 2021 e 2022

Descrição	2021	2022	Valor (US\$ 1,00)
	Valor (US\$ 1,00)	Valor (US\$ 1,00)	
Brasil	280.814.577.460	334.136.038.220	18,99
Acre	48.837.789	54.365.656	11,32
Alagoas	444.680.686	588.293.465	32,30
Amapá	306.997.695	209.147.133	-31,87
Amazonas	867.947.966	903.836.971	4,13
Bahia	9.944.647.591	13.922.501.992	40,00
Ceará	2.739.102.636	2.340.538.086	-14,55
Distrito Federal	268.627.645	365.685.198	36,13
Espírito Santo	9.780.359.469	9.128.591.208	-6,66
Goias	9.306.158.292	14.147.956.772	52,03
Maranhão	4.374.130.642	5.737.972.464	31,18
Mato Grosso	21.651.401.820	32.507.576.705	50,14
Mato Grosso do Sul	6.894.838.479	8.212.503.458	19,11
Minas Gerais	38.340.190.460	40.194.081.528	4,84
Pará	29.525.877.817	21.515.318.367	-27,13
Paraíba	146.642.076	148.936.914	1,56
Paraná	19.034.416.232	22.132.924.180	16,28
Pernambuco	2.112.289.113	2.488.251.640	17,80
Piauí	857.698.968	1.654.071.764	92,85
Rio de Janeiro	33.293.630.291	45.513.894.522	36,70
Rio Grande do Norte	514.857.366	736.671.767	43,08
Rio Grande do Sul	21.133.421.744	22.564.741.435	6,77
Rondônia	1.687.185.205	2.344.178.050	38,94
Roraima	336.625.403	425.912.352	26,52
Santa Catarina	10.295.984.158	11.966.468.596	16,22
São Paulo	54.064.207.369	69.630.557.731	28,79
Sergipe	92.254.760	118.258.111	28,19
Tocantins	1.845.940.126	3.087.623.542	67,27
Não Declarada	905.625.662	1.495.178.613	65,1

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

As participações das exportações por estados, em termos de faturamento, encontram-se na Tabela 16. Em relação ao Piauí, o rescimento do desempenho no agronegócio elevou a quota de participação das exportações brasileiras de 0,31% em 2021 para 0,50% em 2022. Os estados com as maiores participações foram São Paulo (20,84%), Rio de Janeiro (13,62%) e Minas Gerais (12,03%). As menores

participações foram de Acre, Paraíba e Sergipe, como constante na Tabela 16.

Tabela 16 - Participação das exportações por estados brasileiros em 2021 e 2022

Descrição	2021		2022	
	Valor (US\$ 1,00)	Participação %	Valor (US\$ 1,00)	Participação %
Brasil	280.814.577.460	-	334.136.038.220	-
Acre	48.837.789	0,02	54.365.656	0,02
Alagoas	444.680.686	0,16	588.293.465	0,18
Amapá	306.997.695	0,11	209.147.133	0,06
Amazonas	867.947.966	0,31	903.836.971	0,27
Bahia	9.944.647.591	3,54	13.922.501.992	4,17
Ceará	2.739.102.636	0,98	2.340.538.086	0,70
Distrito Federal	268.627.645	0,10	365.685.198	0,11
Espírito Santo	9.780.359.469	3,48	9.128.591.208	2,73
Goiás	9.306.158.292	3,31	14.147.956.772	4,23
Maranhão	4.374.130.642	1,56	5.737.972.464	1,72
Mato Grosso	21.651.401.820	7,71	32.507.576.705	9,73
Mato Grosso do Sul	6.894.838.479	2,46	8.212.503.458	2,46
Minas Gerais	38.340.190.460	13,65	40.194.081.528	12,03
Pará	29.525.877.817	10,51	21.515.318.367	6,44
Paraíba	146.642.076	0,05	148.936.914	0,04
Paraná	19.034.416.232	6,78	22.132.924.180	6,62
Pernambuco	2.112.289.113	0,75	2.488.251.640	0,74
Piauí	857.698.968	0,31	1.654.071.764	0,50
Rio de Janeiro	33.293.630.291	11,86	45.513.894.522	13,62
Rio Grande do Norte	514.857.366	0,18	736.671.767	0,22
Rio Grande do Sul	21.133.421.744	7,53	22.564.741.435	6,75
Rondônia	1.687.185.205	0,60	2.344.178.050	0,70
Roraima	336.625.403	0,12	425.912.352	0,13
Santa Catarina	10.295.984.158	3,67	11.966.468.596	3,58
São Paulo	54.064.207.369	19,25	69.630.557.731	20,84
Sergipe	92.254.760	0,03	118.258.111	0,04
Tocantins	1.845.940.126	0,66	3.087.623.542	0,92
Não Declarada	905.625.662	0,32	1.495.178.613	0,45

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

No cenário regional, o resultado apresentado mostrou a seguinte variação: Centro-Oeste (44,9%), Nordeste (30,7%), Sudeste (21,4%), Sul (12,3%) e apenas a região Norte com desempenho negativo (-17,6%), como evidenciam os dados da Tabela 17.

Tabela 17 - Desempenho das exportações brasileiras por regiões em 2021 e 2022 (julho a setembro)

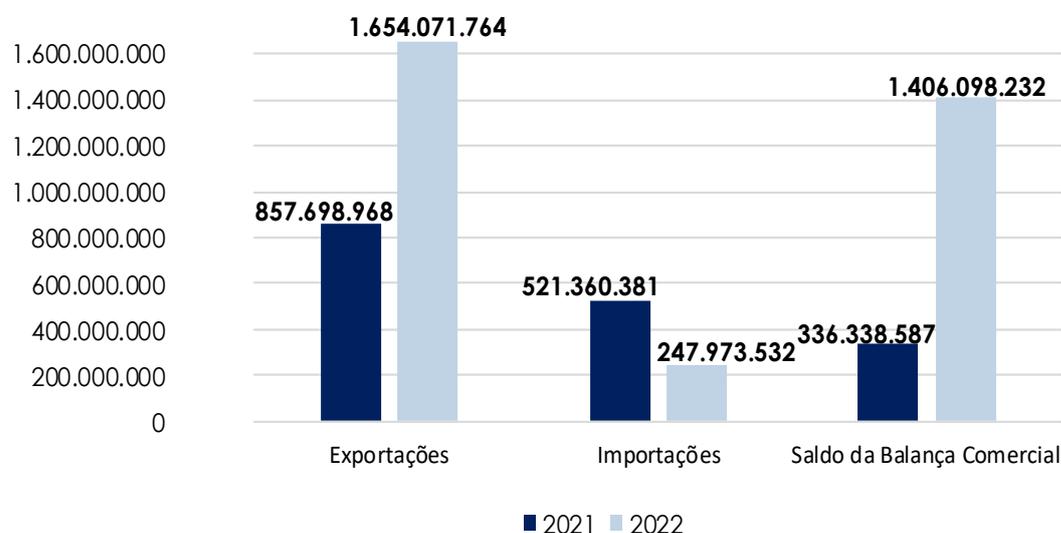
Região	2021	2022	Variação (%)
	(US\$ 1,00)	(US\$ 1,00)	
Nordeste	21.226.303.838	27.735.496.203	30,7
Sul	50.463.822.134	56.664.134.211	12,3
Sudeste	135.478.387.589	164.467.124.989	21,4
Centro-Oeste	38.121.026.236	55.233.722.133	44,9
Norte	34.619.412.001	28.540.382.071	-17,6
Não declarada	160.666.027	604.471.688	276,2

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Em relação às transações comerciais internacionais totais, o saldo da balança comercial, que leva em conta o valor das exportações menos as importações, mostrou um saldo da balança comercial de US\$ 1.406.098.232, variação positiva de 318,06% em relação a 2021, como mostra o Gráfico 8 e a Tabela 18. É o maior saldo comercial já registrado para o Piauí.

Esse resultado é reflexo da diminuição da importação e dos ganhos de exportações, favorecidos pelo aumento da produção do agronegócio, pela valorização do dólar, que permaneceu em patamares elevados nos últimos 24 meses, incluindo-se o período em análise, e pelo cenário envolvendo o conflito Rússia e Ucrânia, uma vez que a interrupção do fornecimento de grãos pelo país do Leste Europeu elevou o preço internacional das principais *commodities* e a demanda dos países asiáticos, cenário este que favoreceu a expansão da comercialização dos grãos brasileiros.

Gráfico 8 - Saldo da balança comercial no estado do Piauí em 2021 e 2022



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Tabela 18 - Saldo da balança comercial no estado do Piauí em 2021 e 2022

Balança Comercial	2021	2022	Var. %
	Valor (US\$ 1,00)	Valor (US\$ 1,00)	
Exportações	857.698.968	1.654.071.764	92,85
Importações	521.360.381	247.973.532	-52,44
Saldo da Balança Comercial	336.338.587	1.406.098.232	318,06

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Em relação aos principais produtos exportados, com suas respectivas participações, destacaram-se, em termos de valor FOB (US\$), soja (69,77%), milho (19,88%), tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (2,93%), mel natural (2,56%) e ceras vegetais (2,30%), conforme os dados trazidos na Tabela 19.

Tabela 19 - Principais produtos exportados e participação no mercado no estado do Piauí em 2021 e 2022

Principais Produtos Exportados	2021	2022
	Participação %	Participação %
Soja	76,77	69,77
Milho	6,60	19,88
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	1,36	2,93
Mel natural	4,91	2,56
Ceras vegetais	5,80	2,30
Algodão	1,25	1,25
Compostos heterocíclicos	0,92	0,67
Demais Produtos	2,39	0,63
Total	100,00	100,00

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Em comparação com os resultados de 2021, o desempenho da soja teve uma redução de sete pontos percentuais na participação do produto na balança comercial do estado, o que pode ser explicado pelo aumento da participação do milho na pauta de exportação, que cresceu em 13,28 p.p, além da parcela ocupada pela comercialização de tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja.

A seguir, na Tabela 20, evidencia-se os principais blocos econômicos de destino das exportações piauienses, quais sejam: Ásia (US\$ 934.310.374) e União Europeia (US\$ 421.490.315), concentrando 81,97% da exportação dos produtos originários do Piauí.

Em 2021, a Ásia exercia uma elevada concentração dos produtos piauienses comercializados internacionalmente. Já em 2022, destaca-se o aumento das compras realizadas pelos países da União Europeia – que, em relação ao ano de 2021, cresceram 259,42% – e de países do Oriente Médio, que importaram 246,9% a mais que o realizado no ano anterior.

Tabela 20 - Principais blocos econômicos de destino do estado do Piauí em 2021 e 2022

Principais Blocos Econômicos de Destino	2021		2022	
	Valor (US\$ 1,00)	Participação	Valor (US\$ 1,00)	Participação
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	576.250.641	67,19	934.310.374	56,49
Oriente Médio	25.159.089	2,93	87.277.148	5,28
União Europeia - UE	117.268.294	13,67	421.490.315	25,48
África	39.206.709	4,57	64.476.634	3,90
Mercado Comum do Sul - Mercosul	484.319	0,06	330.539	0,02
Demais Blocos	99.329.916	11,58	146.186.754	8,84
Total	857.698.968	100,0	1.654.071.764	100,0

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Os principais países de destino das exportações piauienses, no terceiro trimestre de 2021 e 2022, encontram-se na Tabela 21 e no Gráfico 9.

A China se mantém como principal parceiro comercial do Piauí, representando 47,09% da demanda dos produtos piauiense no comércio internacional, sendo a soja o componente predominante nessa pauta. Em seguida, Espanha (17,79%), Estados Unidos (3,12%), Tailândia (2,90%), Egito (2,88) e Irã (2,70%) completam o grupo dos seis países que mais importaram os produtos de origem do Piauí.

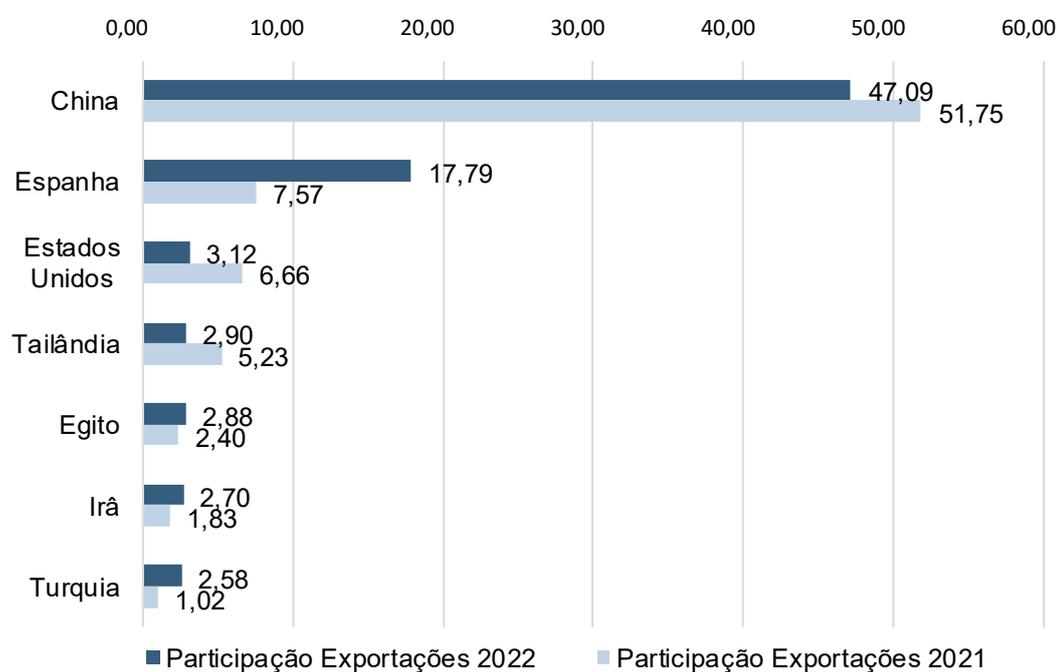
Destaca-se que os Estados Unidos, que tradicionalmente foram um forte parceiro no comércio de produtos piauienses, têm diminuído sua participação na compra de produtos do Estado.

Tabela 21 - Principais países de destino, faturamento e participação (%) no estado do Piauí em 2021 e 2022

Descrição	2021		2022		Variação (%)
	Faturamento (US\$ 1,00)	Participação	Faturamento (US\$ 1,00)	Participação	
China	443.837.115	51,75	778.983.375	47,09	75,5
Espanha	64.965.750	7,57	294.274.079	17,79	353,0
Turquia	8.708.671	1,02	42.730.562	2,58	390,7
Romênia	13.946.616	1,63	7.042.565	0,43	-49,5
Tailândia	44.890.389	5,23	47.946.227	2,90	6,8
Estados Unidos	57.139.781	6,66	51.525.747	3,12	-9,8
Bangladesh	945.727	0,11	31.127.386	1,88	3.191,4
Países Baixos (Holanda)	12.364.730	1,44	22.762.696	1,38	84,1
Irã	15.723.562	1,83	44.719.950	2,70	184,4
Paquistão	18.383.256	2,14	28.457.767	1,72	54,8
Alemanha	13.398.329,0	1,56	36.617.993	2,21	173,3
Arábia Saudita	3.880.910	0,45	19.997.631	1,21	415,3
Vietnã	10.225.955	1,19	2.653.655	0,16	-74,0
Argélia	17.416.299	2,03	6.562.165	0,40	-62,3
Portugal	2.415.761	0,28	32.792.383	1,98	1.257,4
Reino Unido	19.460.999	2,27	9.575.867	0,58	-50,8
Coreia do Sul	939.438	0,11	17.418.789	1,05	1.754,2
Marrocos	349.442	0,04	9.806.956	0,59	2.706,5
Guatemala	152.039	0,02	1.776.352	0,11	1.068,4
Japão	32.127.679	3,75	14.429.735	0,87	-55,1
Itália	3.465.403	0,40	7.786.021	0,47	124,7
Jordânia	-	-	8.605.695	0,52	-
França	4.814.056	0,56	7.198.130	0,44	49,5
Egito	20.555.636	2,40	47.627.023	2,88	131,7
Taiwan (Formosa)	19.985.937	2,33	8.011.312	0,48	-59,9
Colômbia	198.399	0,02	19.358.942	1,17	9.657,6
Israel	4.809.656	0,56	13.448.872	0,81	179,6
Argentina	373.674,0	0,04	319.421	0,02	-14,5
Demais Países	22.223.759	2,59	40.514.468,00	2,45	82,3
Total	857.698.968	100,0	1.654.071.764	100,0	92,85

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Gráfico 9 - Participação nas exportações (%) no estado do Piauí em 2021 e 2022



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Os principais municípios piauienses exportadores, com valores e os produtos exportados, apresentam-se na Tabela 22.

Tabela 22 - Principais municípios exportadores, valores e produtos exportados no Piauí em 2021 e 2022

Municípios	2021 (US\$ 1,00)	2022 (US\$ 1,00)	Principais Produtos Exportados
Altos	2.177.201	591.625	Soja, tortas e outros resíduos sólidos de soja, cocos, castanha de caju
Baixa Grande do Ribeiro	47.520.493	134.124.372	Soja, legumes de vagem, milho
Bom Jesus	293.419.538	754.621.049	Soja, milho, algodão
Campo Maior	17.808.956	13.434.627	Ceras vegetais
Castelo do Piauí	456.376	638.191	Quartzo (exceto areias naturais); quartzo
Corrente	49.125.164	82.178.962	Soja, milho
Currais	3.621.935	12.735.755	Soja, milho
Geminiano	1.832.180	441.471	Ceras vegetais
Juazeiro do Piauí	162.212	139.268	Quartzo, pedras para calcetar, de cantaria ou de construção, ardósia
Lagoa do Barro do Piauí	141.701	-	Obras de ferro ou aço
Luís Correia	1.724.095	771.443	Crustáceos, peixes congelados, peixes frescos
Monte Alegre do Piauí	12.539.398	24.228.692	Soja, milho
Oeiras	25.050.496	19.675.395	Mel natural
Parnaíba	30.165.856	27.604.896	Ceras vegetais, compostos heterocíclicos, alcalóides vegetais, couros, peixes congelados
Pedro II	23.309	61.600	Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semipreciosas
Picos	7.321.515	8.937.792	Ceras vegetais, Mel natural, Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju
Pio IX	272.194	16.566	Mármore, granito e outras pedras calcárias
Santa Filomena	39.060.582	66.438.253	Soja, milho
São Gonçalo do Gurgueia	674.611	653.272	Díodos, transístores e dispositivos fotossensíveis semicondutores
Simplício Mendes	769.248	520.128	Mel natural
Teresina	107.015	142.199	Calçados, produtos de beleza, facas e lâminas cortantes
Uruçuí	152.367.250	280.693.750	Soja, tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

No que tange às importações, o valor atingiu US\$ 247.973.532, diminuição de 52,4% em relação a 2021. Este resultado foi influenciado principalmente pela queda das importações de componentes para a indústria de eletrificação e de produtos em barras ou laminados de ferro e aço, que diminuiram em mais de US\$ 193 milhões¹ e US\$ 65 milhões, respectivamente, em relação ao volume importado em 2021.

Os principais produtos importados, valores, participações e variações para 2022 encontram-se na Tabela 23, com destaque para a importação de componentes para a indústria de eletrificação, que representaram por mais de 26% do valor das transações de compras internacionais.

¹ Diferença entre os valores de importações dos produtos de posições 8541 (díodos, transístores e dispositivos semelhantes com semicondutores) e 8502 (grupos electrogéneos e conversores rotativos, eléctricos).

Tabela 23 - Principais produtos importados, valor, participação e variação (%) no estado do Piauí em 2021 e 2022

Produtos	Código SH4	2021		2022		Variação do Valor (%)
		Valor (US\$ 1,00)	Part. (%)	Valor (US\$ 1,00)	Part. (%)	
Díodos, transistores e dispositivos semelhantes com semicondutores	8541	273.517	0,1	64.992.924	26,2	23.661,9
Trigo	1001	17.276.024	3,3	28.865.660	11,6	67,1
Grupos electrogéneos e conversores rotativos, eléctricos	8502	257.917.373	49,5	896	0,0	-100,0
Barras de ferro ou aço não ligado	7214	11.510.965	2,2	3.248.852	1,3	-71,8
Fio-máquina de ferro ou aço não ligado	7213	13.932.803	2,7	18.541.938	7,5	33,1
Partes e acessórios de veículos	8714	8.665.503	1,7	2.814.199	1,1	-67,5
Máquinas e aparelhos mecânicos	8479	30.104.734	5,8	4.184.754	1,7	-86,1
Outras matérias corantes	3206	2.099.852	0,4	2.294.464	0,9	9,3
Peles curtidas ou em crosta de ovinos	4105	2.069.088	0,4	2.805.502	1,1	35,6
Queijos e requeijão	0406	192.000	0,0	944.542	0,4	391,9
Transformadores eléctricos, bobinas	8504	2.239.491	0,4	1.991.590	0,8	-11,1
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos	3105	3.949.798	0,8	3.697.200	1,5	-6,4
Produtos laminados de ferro laminados a frio	7209	50.081.839	9,6	40.275.837	16,2	-19,6
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado	7210	31.640.515	6,1	19.037.711	7,7	-39,8
Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	0202	607.463	0,1	842.637	0,3	38,7
Produtos laminados planos, não folheados ou chapeado	7208	50.461.844	9,7	15.584.758	6,3	-69,1
Outras obras de ferro ou aço	7326	55.675	0,0	947.439	0,4	1.601,7
Demais Produtos*	-	38.281.897	7,3	36.902.629	14,9	-3,6
Total	-	521.360.381	100,0	247.973.532	100,0	-52,4

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

(*) Para os Demais Produtos, considerar os seguintes códigos - Código SH4: 2915, 7217, 0801, 8503, 2528, 8544, 4810, 2917, 4106, 2905, 8466, 8207, 2916, 5603, 8804, 0703, 3822, 2004, 7212, 8539, 0304, 3202, 8538, 8442, 3921, 8441, 8536, 8205, 9015, 8518, 9021, 7318, 3204, 8473, 8431, 2939, 7604, 9031, 8522, 8531, 1212, 1211, 8413, 8414, 6305, 4016, 4011, 8506, 3919, 8542, 3920, 8481, 8529, 7312, 6910, 8537, 4202, 9001, 8480, 8517, 8547, 6601, 7314, 3926, 4901, 8415, 9032, 8532, 8421, 8501, 8515, 8535, 6307, 8471, 7412, 2844, 7315, 8546, 5609, 8543, 4814, 7324, 8526, 4823, 8483, 7323, 7616, 2103, 4819, 6306, 9403, 7419, 3506, 8419, 8422, 8310, 3922, 7220, 8534, 9405, 8507, 8412, 4419, 9018, 8409, 1902, 9504, 9401, 7013, 8301, 8482, 1901, 2008, 8516, 6813, 6913, 9505, 4420, 8307, 8302, 4911, 8303, 8511, 8477, 8502, 3923, 9301, 6506, 5703, 3209, 6109, 3917, 6403, 3924, 9029, 6211, 6116, 9603, 6702, 6110, 3918, 8213, 6805, 8523, 4009, 8512, 8533, 9004, 8211, 9025, 6216, 9404, 9026, 7320, 5607, 6117, 6505, 7307, 9506, 4821, 7606, 2833.

Após os produtos utilizados na indústria energética, e apesar da redução registrada no ano, os produtos de base industrial, essencialmente produtos laminados de ferro ou aço, mantiveram a segunda maior participação na pauta de importação.

Destaca-se que no período em análise houve um aumento de mais de 67% na importação de trigo. Em termos nominais, as compras do produto saíram de US\$ 17,2 milhões em 2021 para US\$ 28,8 milhões em 2022.

A Tabela 24 mostra a origem das importações piauienses, por blocos econômicos, com os respectivos valores, participações e variações.

Tabela 24 - Origem das importações piauienses, valores, participação e variação (%) no estado do Piauí em 2021 e 2022

Principais Blocos Econômicos de Origem	2021		2022		Valor Variação (%)
	Valor (US\$ 1,00)	Participação (%)	Valor (US\$ 1,00)	Participação (%)	
Mercado Comum do Sul - Mercosu	19.495.756	3,7	30.880.997	12,5	58,4
União Europeia - UE	162.821.075	31,2	14.151.142	5,7	-91,3
Ásia (Exclusivo Oriente Médio)	246.325.647	47,2	162.078.985	65,4	-34,2
América do Norte	3.568.993	0,7	6.704.552	2,7	87,9
Oriente Médio	1.717.033	0,3	727.681	0,3	-57,6
África	16.696.920	3,2	9.014.360	3,6	-46,0
Demais Blocos	70.734.957	13,6	24.415.815	9,8	-65,5
Total	521.360.381	100,0	247.973.532	100,0	-52,4

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Ao longo do ano houve um aumento no volume de importações realizadas pelos agentes e empresas do Piauí e do Mercosul, principalmente pelo aumento na importação de trigo da Argentina.

Os principais países de origem das importações piauienses estão listados na Tabela 25 a seguir, trazendo a China como o principal país fornecedor dos produtos adquiridos pelo Piauí no exterior em 2022, ainda que o resultado para o período tenha sido 35,5% menor que o apresentado em 2021.

Tabela 25 - Principais países de origem das importações no estado do Piauí em 2021 e 2022

Descrição	2021		2022		Variação (%)
	Valor (US\$ 1,00)	Participação	Valor (US\$ 1,00)	Participação	
China	240.334.976	46,10	154.997.810	62,51	-35,5
Turquia	11.576.255	2,22	9.036.997	3,64	-21,9
Argentina	18.706.462	3,59	30.717.986	12,39	64,2
Espanha	156.347.489	29,99	6.056.568	2,44	-96,1
Nigéria	749.150	0,14	2.267.137	0,91	202,6
Israel	1.679.734	0,32	710.797	0,29	-57,7
México	1.281.254	0,25	1.878.737	0,76	46,6
Egito	15.478.375	2,97	6.429.022	2,59	-58,5
Taiwan (Formosa)	346.389	0,18	914.103	0,37	163,9
Itália	2.452.639	0,47	3.015.074	1,22	22,9
Austrália	2.815.786	0,54	682.759	0,28	-75,8
Paraguai	789.294	0,15	163.011	0,07	-79,3
Coreia do Sul	2.741.476	0,53	4.631.342	1,87	68,9
Bolívia	233.064	0,04	510.408	0,21	119,0
Rússia	51.116.429	9,80	12.997.694	5,24	-74,6
Estados Unidos	2.262.499	0,43	4.825.135	1,95	113,3
Grécia	6.252	0,00	1.430.333	0,58	22.778,0
Chile	515.600	0,10	65.100	0,03	-87,4
Bélgica	417.725	0,08	700.698	0,28	67,7
Reino Unido	208.997	0,04	792.198	0,32	279,0
Hong Kong	903.197	0,17	187.141	0,08	-79,3
França	39.482	0,01	347.309	0,14	779,7
Alemanha	2.866.933	0,55	1.795.628	0,72	-37,4
Índia	491.094	0,09	649.235	0,26	32,2
Outros Países	6.999.830	1,34	2.171.310	0,88	-69,0
Total	521.360.381	100,0	247.973.532	100,0	-52,4

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Assim, a partir da Tabela 23 destacam-se a importação de elementos fotovoltaicos utilizados para a geração de energia elétrica, que figuram como o produto de maior peso na pauta de importação, e a aquisição de máquinas e aparelhos para soldar elétricos, a laser ou a ultrassom, oriundos da Grécia, que fizeram as importações de origem grega crescerem 22.778% no período em análise. Em sentido oposto, a redução das importações russas, principalmente de produtos laminados e adubos e fertilizantes, representaram uma redução de mais de US\$ 38 milhões (-79,3%) em relação às compras realizadas em 2021.

Componente fundamental das estratégias de planejamento e insumo essencial à atuação estatal, as finanças públicas fornecem as principais informações sobre a arrecadação e o dispêndio da administração pública em um determinado período. Para tanto, este segmento analisa o comportamento das Receitas e Despesas governamentais, bem como detalha as principais fontes de receitas estaduais e a Dívida Consolidada Líquida do governo, refletindo indicadores importantes à política fiscal e orçamentária do Poder Executivo.

Os dados referentes às contas públicas abordadas neste segmento são provenientes do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de 2021 e 2022, fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Piauí (SEFAZ-PI) e disponibilizados no sistema desenvolvido pelo Tesouro Nacional.

Nesse contexto, a análise das finanças públicas a partir do panorama orçamentário, financeiro e fiscal constitui importante ferramenta para o controle e a gestão das finanças e do orçamento público estadual, proporcionando meios para a tomada de decisões de médio e longo prazo e para melhor eficiência da administração e gestão das crises.

5.1 Receitas do Governo Estadual

As receitas públicas representam o ingresso e a disponibilidade de recursos financeiros para o financiamento de programas, projetos, atividades e ações correspondentes às políticas públicas e permitem a execução e a entrega de prestações e serviços fundamentais à sociedade e à administração pública. No cômputo desses valores são levados em considerações as disponibilidades financeiras das receitas orçamentárias, classificadas em Receitas Correntes e Receitas de Capital, e das Receitas Intraorçamentárias.

As Receitas Correntes constituem os recursos arrecadados dentro do exercício e são oriundos das receitas de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal; da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

As Receitas de Capital são as provenientes de recursos financeiros oriundos da captação de crédito; da conversão, em espécie, de bens e direitos; do recebimento de recursos de outras pessoas de direito público

ou privado, quando destinados a atender Despesas de Capital; e do superávit do Orçamento Corrente.

Com relação às Receitas Intraorçamentárias, podem ser compreendidas como receitas de órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Estado. Não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas remanejamento de receitas entre seus órgãos e instituições.

Visto isso, o comportamento do total de receitas realizadas até dezembro de 2022, em termos nominais, foi 4,45% maior que a realizada em 2021. A soma das Receitas Correntes, Receitas de Capital e Receitas Intraorçamentárias foi de R\$ 15.917.972.683,09, enquanto que o valor alcançado ao longo do exercício de 2021 foi de R\$ 15.239.831.829,05, conforme demonstra os dados da Tabela 26.

Tabela 26 - Receitas do Governo Estadual no estado do Piauí de janeiro a dezembro de 2021 e 2022

Descrição	2021		2022		Variação %
	Valor R\$	Part. %	Valor R\$	Part. %	
RECEITAS CORRENTES	12.073.471.905,90	79,22	14.209.024.997,97	88,44	17,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.630.522.531,45	30,38	4.927.826.897,87	30,40	6,42
Contribuições	951.818.497,67	6,25	1.041.812.491,89	6,06	9,45
Receita Patrimonial	124.590.558,23	0,82	433.984.914,04	2,93	248,33
Receita de Serviços	33.259.947,63	0,22	19.558.610,82	0,22	-41,19
Transferências Correntes	6.282.126.369,36	41,22	7.705.815.857,91	48,09	22,66
Outras Receitas Correntes	51.154.001,56	0,34	80.026.225,44	0,74	56,44
RECEITAS DE CAPITAL	1.600.065.111,36	10,50	172.479.054,88	2,49	-89,22
Operações de crédito	1.506.420.242,28	9,88	143.406.268,11	2,23	-90,48
Outras receitas de capital	93.644.869,08	0,61	29.072.507,25	0,26	-68,95
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.566.294.811,79	10,28	1.536.468.630,24	9,07	-1,90
Total Geral	15.239.831.829,05	100,00	15.917.972.683,09	100,00	4,45
Receita Correntes Líquida	11.455.231.445,84	75,17	13.517.450.096,11	84,92	18,00

Fonte: SICONFI - Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 6º bimestre (2021/2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Tomando-se por base as variações constantes no exercício de 2022, observa-se um crescimento da receita orçamentária na ordem de 4,45% em relação às receitas totais realizadas em 2021. Esse resultado decorre do aumento das Receitas Correntes, que totalizaram R\$ 14,209 bilhões, o que representa um crescimento de 17,69% em relação à arrecadação e transferências correntes realizadas em 2021, quando somaram R\$ 12,073 bilhões.

As Receitas de Capital, por sua vez, representaram uma diminuição de 89,22% no montante realizado entre os exercícios de 2021 e 2022. Essa situação é resultado, principalmente, da diferença na contratação de operações de créditos de 2022 em relação às realizadas no ano anterior: de janeiro a dezembro de 2021 os financiamentos nacionais e internacionais somaram R\$ 1.506.420.242,28, enquanto que no mesmo período de 2022 essas contratações totalizaram R\$ 143.406.268,11, resultando em um expressivo decréscimo de 90,48% em referência ao exercício do ano passado.

Com isso, tem-se que as Receitas Correntes ampliaram sua participação na composição do orçamento estadual em 9,22 pontos percentuais em relação ao último exercício, enquanto que as Receitas de Capitais e as Receitas Intraorçamentárias diminuíram em 8,01 e 1,21 p.p, respectivamente.

Em relação à composição das Receitas Correntes, destaca-se o aumento de 248,33% das receitas patrimoniais – que se referem aos recursos financeiros obtidos pelo estado por meio da venda ou aluguel de seus bens patrimoniais, como terrenos, edifícios, veículos e outros ativos – e de 22,66% nas transferências correntes, que representaram a fonte de maior participação na formação das receitas correntes de 2022 e que tem o Fundo de Participação dos Estados (FPE) como principal expressão. No período em análise, houve um crescimento de 6,42% das receitas das receitas tributárias (impostos, taxas e contribuições de melhoria).

Ressalta-se que a elevação das Receitas Correntes incorpora também a alta nos preços de bens e serviços ao longo dos meses anteriores. A inflação, aferida pelo IPCA em âmbito nacional, afeta o valor da arrecadação fiscal na medida em que a elevação dos preços faz com que a incidência das alíquotas favoreça à cobrança de tributos em maiores valores nominais, acarretando maiores receitas, seja as de tributação direta, seja as decorrentes das transferências oriundas da arrecadação de competência da União, que indiretamente são transferidas aos entes da federação por meio do FPE.

Quanto às Receitas Intraorçamentárias, houve uma relativa estabilidade na medida em que o ano de 2022 concluiu o mês de dezembro com R\$ 1.536.468.630,24, representando uma diminuição de 1,90% em relação a 2021, quando totalizaram 1.566.294.811,79.

5.1.1. Receita Corrente Líquida

Outra fonte que influencia e impacta a execução fiscal é a Receita Corrente Líquida (RCL), que corresponde a receita corrente total do ente

federado deduzida as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional e legal. Seu saldo serve como parâmetro para os limites da despesa com pessoal e endividamento de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Como uma das técnicas sugeridas para análise da RCL, deve ser observado que se trata de um parâmetro fundamental na composição dos índices previstos na aplicação da LRF, devendo ser computadas todas as receitas correntes da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, realizando-se as deduções previstas, inclusive das possíveis duplicidades.

No período em análise, houve um aumento na Receita Corrente Líquida em relação aos meses de janeiro a dezembro de 2021, e teve como principal influência o aumento nas Receitas Correntes nos meses em análise.

Com relação ao valor consolidado, a RCL do Estado do Piauí perfaz R\$ 13.517.450.096,11 até dezembro de 2022, representando um crescimento nominal de 18,00% com referência à Receita Corrente Líquida consolidada em dezembro 2021 (R\$ 11.455.231.445,84). Destaca-se que a previsão estabelecida no orçamento de 2022 tinha como previsão atualizada uma RCL de R\$ 11.315.630.148,00. Ou seja, a execução fiscal vigente apresenta um cenário favorável em relação à formação da Receita Corrente Líquida estadual.

5.1.2 Principais Receitas Correntes

Em 2022, com a manutenção da atividade do setor produtivo após o período mais crítico da pandemia de Covid-19, o aumento da arrecadação tributária do Estado do Piauí seguiu a tendência de crescimento a partir da retomada plena das atividades econômicas em geral. Para o ano, registrou-se um aumento na arrecadação de tributos estaduais (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria) à ordem de 6,42%, quando comparado ao exercício de 2021. De janeiro a dezembro daquele ano as receitas tributárias totalizaram R\$ 4,630 bilhões. Em 2022, a soma das arrecadações dessas fontes foi R\$ 4,927 bilhões.

Ao longo do ano, assim como nos exercícios de 2020 e 2021, a principal fonte de receita orçamentária se fez por meio dos repasses constitucionais do Fundo de Participação dos Estados (FPE), seguida da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A Tabela 27 traz o comportamento de algumas das principais fontes de receita do estado e suas participações na composição da Receita

Corrente efetivamente arrecada para o Estado do Piauí entre os meses de janeiro a dezembro de 2021 e 2022.

Tabela 27 - Principais Receitas Correntes do Governo Estadual no estado do Piauí de janeiro a dezembro de 2021 e 2022

Descrição	2021		2022		Variação %
	Valor R\$	Part. %	Valor R\$	Part. %	
ICMS	3.471.228.282,72	28,75	3.519.720.579,74	24,77	1,40
IPVA	144.548.872,09	1,20	192.385.521,06	1,35	33,09
Cota-Parte do FPE	4.366.289.643,70	36,16	5.426.443.044,23	38,19	24,28
RECEITAS CORRENTES	R\$ 12.073.471.905,90	-	R\$ 14.209.024.997,97	-	17,69

Fonte: SICONFI - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, 6º Bimestre (2021/2022).
Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Nos meses de janeiro a dezembro de 2022, a arrecadação do ICMS apresentou uma relativa estabilidade em comparação ao mesmo período de 2021. Em termos nominais, a receita proveniente deste imposto para o exercício de 2021 foi de R\$ 3.471.228.282,72, enquanto que no ano seguinte atingiu R\$ 3.519.720.579,74. Assim, em termos nominais, houve um incremento de 1,40% em relação à arrecadação de 2021, o que demonstra que apesar da redução da arrecadação do imposto em decorrência dos efeitos da LC nº 194/2022, que reduziu a alíquota de incidência do ICMS para combustíveis, serviços de comunicação e energia elétrica no estado, a condução do cenário fiscal e das atividades produtivas mostraram-se positivas, já que, mesmo com a limitação estabelecida pela referida lei, as receitas realizadas através do ICMS superaram a previsão estabelecida no orçamento anual (R\$ 3.477.952.304,00).

Em relação ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) arrecadados nos dois exercícios financeiros em apreço, que é um tributo de competência estadual e tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, comparativamente, houve um aumento nominal na arrecadação de 33,09% para o período em análise.

A Constituição Federal, no dispositivo que trata da competência para instituir esse tributo, estabeleceu que 50% do valor arrecadado é destinado aos cofres do município onde o veículo foi emplacado.

Quanto ao Fundo de Participação do Estado (FPE), que é a principal modalidade de transferência de recursos financeiros da União para os estados, o valor consolidado representou 38,19% das Receitas Correntes do período. Sobressalta-se que o cálculo do FPE leva em conta a população e a renda per capita de cada município.

Desta forma, em relação a 2021, o valor constituído pelas transferências do FPE foi 24,28% superior em 2022 para os meses de janeiro a dezembro, totalizando um valor anual de mais de R\$ 2,426 bilhões de reais.

5.2 Despesas do Governo Estadual

A despesa pública demonstra os dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção de seus órgãos e entidades e a entrega dos serviços públicos prestados à sociedade. É classificada como Despesas Correntes, que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de bem de capital; Despesas de Capital, que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de bens de capital; e Despesas Intraorçamentárias, que representam os dispêndios e a realização de dotações entre órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do mesmo ente.

A Tabela 28 mostra o comportamento das despesas governamentais nos meses de janeiro a dezembro de 2021 e 2022. É importante destacar que os valores apresentados se referem às despesas liquidadas, aquelas cujo objeto do empenho (o material, serviço, bem ou obra) foi entregue, gerando assim o reconhecimento da dívida pela administração pública.

No período em análise houve aumento das Despesas Correntes na ordem de 20,98%, tendo como principal fator responsável a elevação no pagamento da folha de pagamento e encargos sociais (15,93%). Ressalta-se que esse montante representou 41,83% das despesas totais do estado.

Insta salientar, ainda, que a legislação pátria, através da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece como limite legal da Despesa Total com Pessoal (DTP) o montante equivalente a 49,00% sobre a Receita Corrente Líquida. Assim, em 31/12/2022 o Estado do Piauí apresentou uma apuração de 42,25% de DTP/RCL. Portanto, o comprometimento da Despesa Total com Pessoal encontra-se abaixo dos limites prudencial (46,55%) e de alerta (44,10%) estabelecidos pela LRF.

Tabela 28 - Despesas do Governo Estadual no estado do Piauí de janeiro a dezembro de 2021 e 2022

Descrição	2021		2022		Variação %
	Valor R\$	Part. %	Valor R\$	Part. %	
Despesas correntes	10.235.848.260,64	75,39	12.383.238.529,88	73,99	20,98
Pessoal e encargos sociais	6.038.716.252,54	44,48	7.000.655.967,31	41,83	15,93
Juros e encargos da dívida	215.703.440,18	1,59	318.765.232,18	1,90	47,78
Outras despesas correntes	3.981.428.567,92	29,33	5.063.817.330,39	30,26	27,19
Despesas de capital	1.835.877.761,73	13,52	2.820.866.595,01	16,85	53,65
Investimentos	1.189.461.105,25	8,76	2.297.971.211,29	13,73	93,19
Amortizações	500.833.399,81	3,69	374.751.175,91	2,24	-25,17
Inversões financeiras	145.583.256,67	1,07	148.144.207,81	0,89	1,76
Despesas Intraorçamentárias	1.504.625.683,17	11,08	1.532.491.732,64	9,16	1,85
Total geral	13.576.351.705,54	100,00	16.736.596.857,53	100,00	23,28

Fonte: SICONFI - Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 6º bimestre (2021/2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Quanto às Despesas de Capital, que totalizaram R\$ 16.736.596.857,53, o acompanhamento das contas públicas evidencia um aumento de 53,65% em relação às despesas dessa natureza liquidadas em 2021, resultado, principalmente, da ampliação do investimento público, que cresceu de R\$ 1,189 bilhão em 2021 para cerca de 2,298 bilhões em 2022 (aumento de 93,19% no período em análise).

A execução orçamentária anual também revela uma relativa estabilidade nas inversões financeiras e uma redução no pagamento de amortizações da dívida, na ordem de 25,17%, indicando uma tendência ao aumento das despesas com juros e encargos da dívida de exercícios futuros – um custo decorrente e inerente às estratégias de investimento.

5.3 Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada (DC), que representa o total de despesas firmada pelo Estado, totalizou R\$ 9.067.438.865,90 em dezembro de 2022, o que representa estabilidade de 0,23% com relação à DC do mesmo período do 2021, quando totalizou R\$ 9.046.722.686,49.

Outro aspecto importante para a análise das finanças públicas é a Dívida Consolidada Líquida (DCL), que reflete o montante da dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Com base no disposto na LRF, a DCL é importante para determinar os limites do nível de endividamento

que os entes federados podem contrair. No caso dos estados e Distrito Federal, o limite estabelecido é de 200% da Receita Corrente Líquida (RCL).

A Tabela 29 traz as informações sintéticas da Dívida Consolidada e da Dívida Consolidada Líquida até dezembro de 2022 quando comparado ao resultado do exercício de 2021.

Tabela 29 - Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida no estado do Piauí (2021/2022) – (R\$)

DÍVIDA CONSOLIDADA / DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQ	SALDO 31/12/21	31/12/2022	VARIAÇÃO %
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.046.722.686,49	9.067.438.865,90	0,23
DEDUÇÕES (II)	3.501.633.127,13	2.176.039.590,78	-37,86
Disponibilidade de Caixa	3.497.955.590,52	2.161.609.315,53	-38,20
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.395.718.975,50	3.050.552.546,87	-30,60
(-) Restos a Pagar Processados	722.063.707,34	658.216.915,57	-8,84
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	175.699.677,64	230.726.315,77	31,32
Demais Haveres Financeiros	3.677.536,61	14.430.275,25	292,39
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	5.545.089.559,36	6.891.399.275,12	24,28
RECEITA CONSOLIDADA LÍQUIDA AJUSTADA (RCL) (IV)	11.441.343.980,84	13.507.100.759,16	18,06
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	79,07	67,13	-
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	48,47	51,02	-
Limite de endividamento definido pelo Senado Fe	22.882.687.961,68	27.014.290.391,22	-
Limite de Alerta (inciso III, § 1º do art. 59 da LRF)	20.594.419.165,51	24.312.861.352,10	-

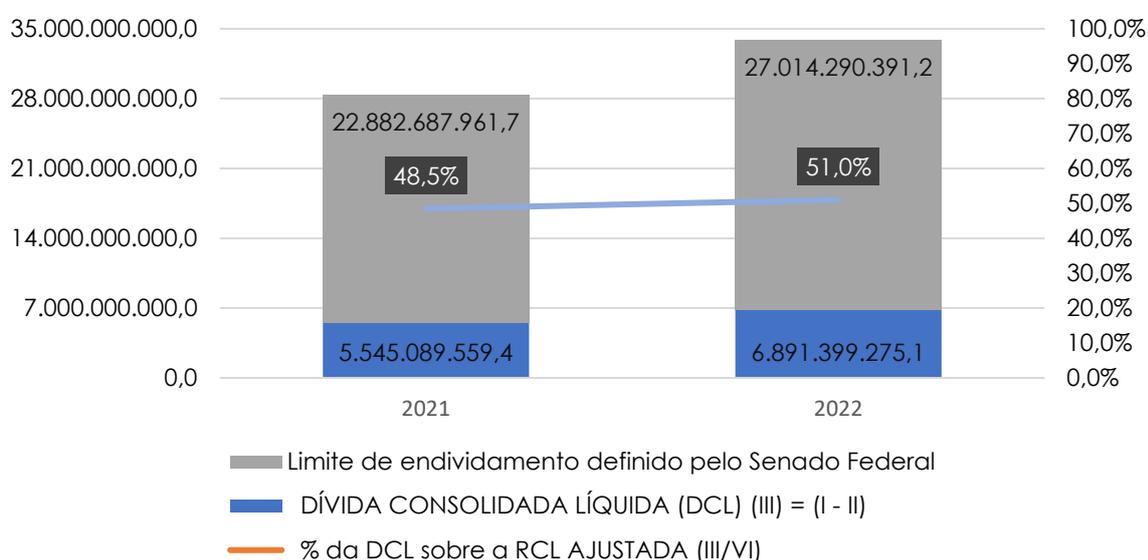
Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal, 3º quadrimestre (2021/2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

A partir dos dados analisados, a Dívida Consolidada Líquida do Estado em 2022 totalizou R\$ 6.891.399.275,12, o que representa um aumento de 24,28% em relação à Dívida Consolidada Líquida existente no final do exercício de 2021 (R\$ 5.545.089.559,36), conforme o Relatório de Gestão Fiscal (SICONFI, 2023). Embora o nível de endividamento tenha se mantido em estabilidade, a redução da disponibilidade de caixa em razão do processamento de obrigações e restituições compulsórias justificam o aumento da DCL.

Destaca-se que o nível de comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida acumulou um aumento de 2,55 pontos percentuais, passando de 48,47% em 2021 para 51,02% ao final do exercício de 2022. Com isso, o controle do endividamento estadual apresenta-se em nível relativamente estável e bem distante do limite estabelecido pelo Senado Federal (200%).

O Gráfico 10 traz a representação do endividamento estadual a partir da Dívida Líquida Consolidada Líquida.

Gráfico 10 - Dívida consolidada líquida (R\$ dezembro) e % da DCL/RCL no estado do Piauí em 2021/2022



Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal, 3º quadrimestre (2021/2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Desse modo, e conforme os dados da execução orçamentária anual, o cenário a ser construído ao longo de 2023 e anos futuros mostra-se estável em relação ao controle do endividamento e ao controle do equilíbrio fiscal.

Previdência Social

A Previdência Social é um sistema público de proteção social e tem como objetivo garantir renda e meios indispensáveis de manutenção ao trabalhador segurado e seus familiares na ocasião de sua aposentadoria, bem como protegê-los contra riscos econômicos decorrentes de problemas relacionados à saúde, incapacidades e de outras situações que impeçam o trabalho do profissional.

O resultado dessa cobertura lança uma importante avaliação sobre como a população idosa e/ou o trabalhador acometido por fatores incapacitantes vivem, uma vez que esse sistema de seguro tem um relevante impacto na renda domiciliar e no consumo das famílias de seus beneficiários.

Ao final do último trimestre do ano de 2022 a Previdência Social, que tem como órgão gestor o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), totalizou 693.248 beneficiários previdenciários, acidentários ou assistenciais da previdência social em todo Estado do Piauí. Esse valor supera em 3,31% o número de assistidos pelo INSS no mesmo período de 2021.

No total, o INSS repassou a importância de R\$ 2,428 bilhões entre os meses de outubro a dezembro, apontando um crescimento de 12,26% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O quadro instituído pela Previdência Social no Piauí, relativo ao número de aposentados e pensionistas até o último trimestre de 2022, encontra-se na Tabela 30, que também traz um comparativo ao quadro existente durante o mesmo período de 2021.

Tabela 30 - Beneficiários da Previdência Social no Estado do Piauí em 2021/2022 (outubro a dezembro)

Meses	Quantidade		Var. %	Valor		Var. %
	2021	2022		2021	2022	
Outubro	668.734	689.677	3,13	715.773.912	803.313.574	12,23
Novembro	670.213	691.388	3,16	731.562.086	823.381.628	12,55
Dezembro	671.024	693.248	3,31	716.262.777	802.117.976	11,99
Total	671.024	693.248	3,31	2.163.598.775	2.428.813.178	12,26

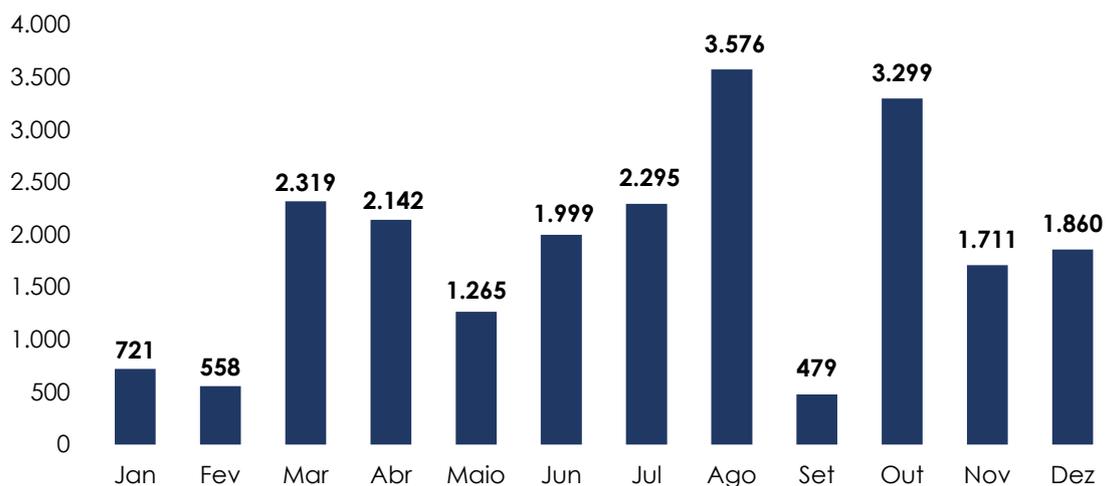
Fonte: INSS – Serviço de Benefícios (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Obs.: Dados acumulados mês a mês em termos de quantidade.



Em relação ao período em análise, o total de benefícios representou um aumento de 22.224 concessões em relação ao número de benefícios estabelecidos ao final do mesmo trimestre do ano anterior. O saldo de concessões ao longo de 2022 está demonstrado no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Quantidade mensal de benefícios concedidos em 2022 no estado do Piauí



Fonte: INSS – Serviço de Benefícios (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Assim, verifica-se uma continuidade da ampliação de cobertura previdenciária/assistencial e a expansão dos valores transferidos aos beneficiários da previdência social ao longo do último trimestre de 2022.

Os dados do emprego formal no Piauí representam a realidade de contratações e desligamentos nos estoques de emprego dos principais setores da atividade econômica no estado. Além de permitir um reconhecimento do emprego com todas as garantias trabalhistas, este segmento permite uma indicação de utilização de trabalhadores na produção de bens e prestação de serviços, evidenciando o grau de absorção e de demanda dos setores e de atividades da economia estadual.

A base de estudo é o Novo Caged, sistema que concentra um amplo volume de registros alimentados pelas empresas empregadoras e por empregados. Esta base de dados é formada pelas estatísticas do emprego formal por meio de informações captadas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), por dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e pelo Empregador Web.

Ao finalizar o ano de 2022 o Piauí apresentou um saldo positivo de 12.729 postos de trabalho, resultantes do saldo obtido entre o total de admissões (131.699) e desligamentos (118.970), o que demonstra a continuidade de crescimento no número de empregos numa série iniciada em julho de 2020.

Insta salientar que, embora positivo, o volume de admissões adicionadas foi 38% menor do que o saldo líquido apresentado em 2021, quando 20.626 postos de trabalho foram adicionados, conforme demonstra a Tabela 31.

Tabela 31 – Evolução mensal do emprego por setor de atividade econômica 2021/2022

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)					Total ^(*)
	Agropecuária	Indústria	Constr. Civil	Comércio	Serviços	
2021						
Janeiro	-145	-4	580	631	55	1.117
Fevereiro	358	289	707	886	311	2.551
Março	189	493	-63	188	-164	643
Abril	404	352	86	837	-130	1.549
Maiο	228	145	586	877	1.090	2.926
Junho	192	1389	695	834	-538	2.572
Julho	-36	216	139	884	1183	2.386
Agosto	44	208	525	1049	1062	2.888
Setembro	62	341	563	828	1165	2.959
Outubro	-77	244	173	407	489	1.236
Novembro	-50	85	-58	1.001	487	1.465
Dezembro	-296	-1164	-326	333	-213	-1.666
Total	873	2.594	3.607	8.755	4.797	20.626
2022						
Janeiro	-239	-599	314	-532	605	-451
Fevereiro	390	119	157	104	1095	1.865
Março	209	80	286	-418	658	815
Abril	-28	39	-15	413	616	1.025
Maiο	505	434	32	419	1.351	2.741
Junho	652	1.426	86	510	1.812	4.486
Julho	221	362	244	508	300	1.635
Agosto	253	233	-120	447	86	899
Setembro	222	390	-230	808	1.610	2.800
Outubro	-228	-71	261	557	421	940
Novembro	-265	-60	-581	658	124	-124
Dezembro	-1060	-1.742	-737	-4	-359	-3.902
Total	632	611	-303	3.470	8.319	12.729

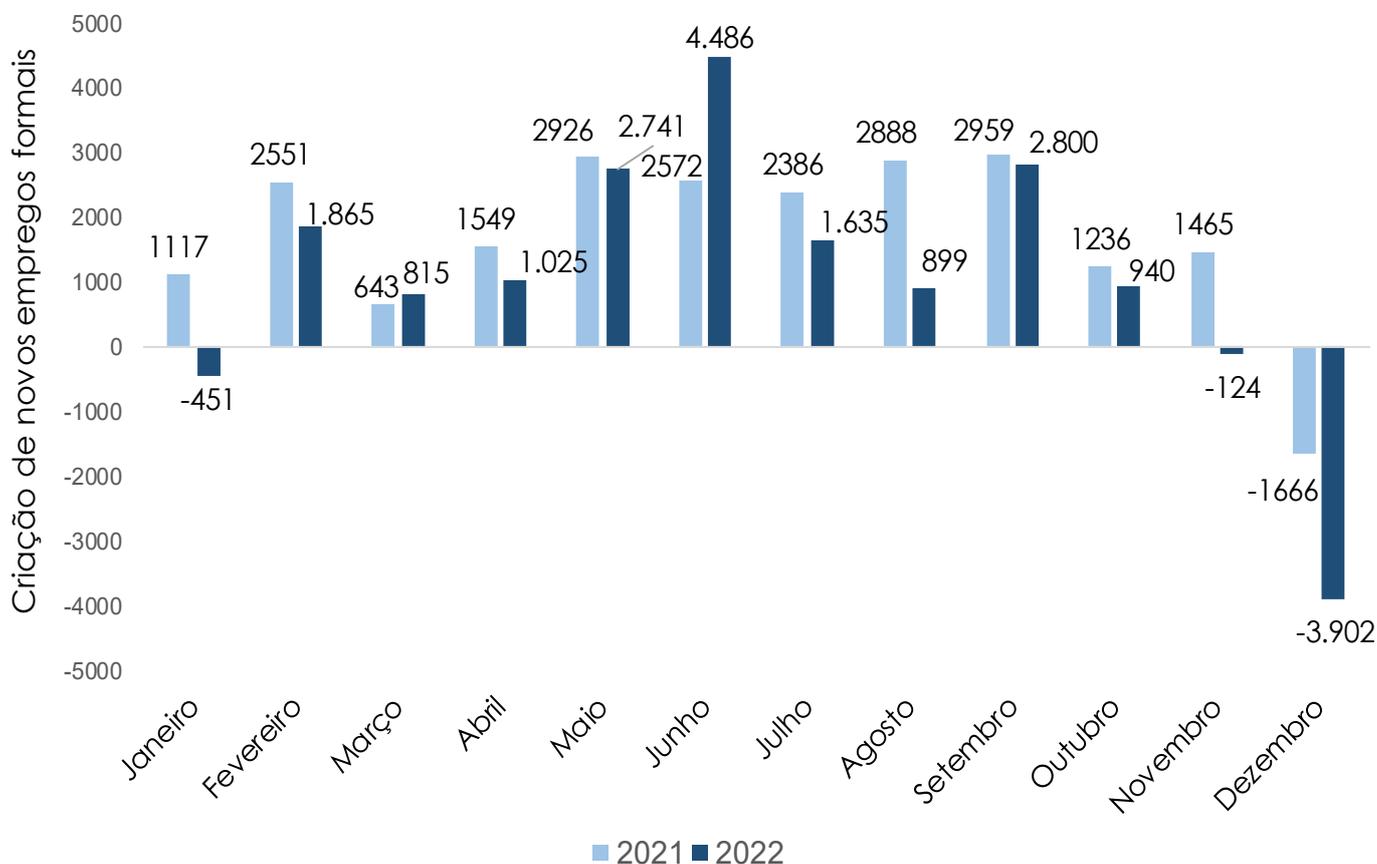
Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Nota(*): Incluem-se todos os setores.

Dentre os setores analisados, apenas a Construção Civil apresentou uma diminuição anual no estoque de postos de trabalho formais (-303), fruto de repetidos saldos mensais negativos ao longo do segundo semestre.

A representação do quadro mensal de postos de trabalhos formais para o ano de 2022 e para o mesmo período de 2021 está evidenciada no Gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 - Evolução mensal do emprego por setor de atividade econômica no estado do Piauí em 2021 e 2022



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2023). **Elaboração:** Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).
Nota: Incluem-se todos os setores.

Destaca-se que o mês de dezembro historicamente apresenta uma redução no número de contratações em função do encerramento das atividades temporárias de reforço das atividades de fim de ano. Visto isso, o resultado de dezembro de 2022 acompanhou a tendência nacional em que o nível de desligamentos se sobrepõe ao de admissões, provocando uma redução no estoque de emprego formal.

7.1 Evolução do Emprego Formal por Setores de Atividades Econômicas

Durante o ano de 2022 as atividades ligadas aos cinco grandes grupamentos das atividades econômicas garantiram a geração de 12.729 postos de trabalho formal. O setor Serviços, que possui o maior estoque de empregos formais, sustentou os maiores acúmulos, destacando-se as atividades ligadas à Informação, comunicação e

atividades financeiras (5.163), seguido das atividades do Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (3.470), conforme evidencia o saldo de admissões e demissões demonstrado na Tabela 32.

Tabela 32 - Saldo de admissões e desligamentos por grupamentos, 2022, por trimestre no estado do Piauí

Grupamento	Trimestre				Total
	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI	
1 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	360	1129	696	-1553	632
2 Indústria geral	-	-	-	-	-
2.1 Indústria de transformação	-629	1570	830	-1507	264
2.2 Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	134	158	79	-223	148
2.3 Eletricidade e gás	-32	-32	1	-28	-91
2.4 Indústrias extrativas	127	203	75	-115	290
3 Construção	757	103	-106	-1057	-303
4 Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	-846	1342	1763	1211	3.470
5 Serviços	-	-	-	-	-
5.1 Transporte, armazenamento e correio	-47	398	233	169	753
5.2 Alojamento e alimentação	60	188	440	306	994
5.3 Informação, comunicação e atividades financeiras	742	1747	1908	766	5.163
5.4 Administração pública	1265	875	-312	-466	1.362
5.5 Serviços domésticos	0	0	0	0	0
5.6 Outros serviços	338	571	-273	-589	47
Total	2.229	8.252	5.334	-3.086	12.729

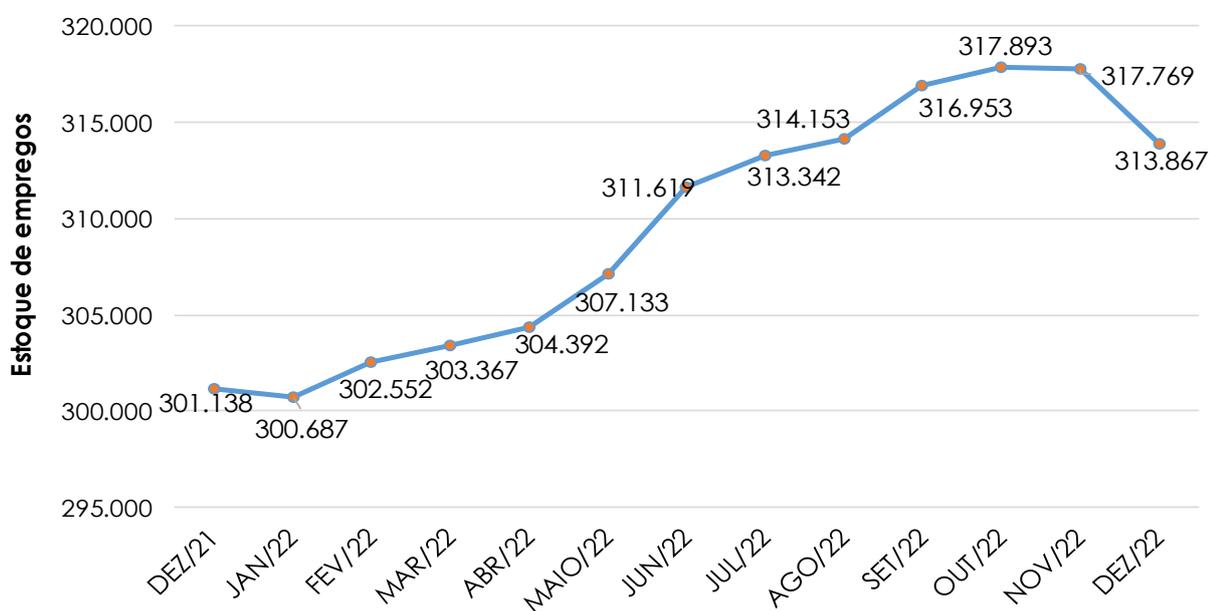
Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Apesar do saldo anual positivo, o 4º trimestre apresentou um saldo negativo, resultado este fortemente influenciado pelo desempenho do mês de dezembro que se encerrou com a diminuição de 3.902 postos de trabalho. Os meses de outubro e novembro apresentaram um saldo de 940 e -124 empregos formais, respectivamente.

7.2 Trajetória do estoque ao longo de 2022

Em paralelo à informação de alteração mensal do mercado de trabalho formal, faz-se necessário analisar a trajetória do estoque de empregos no Piauí. Desta forma, a partir do Gráfico 13, evidencia-se que o estoque de empregos formais em dezembro de 2022 (313.867) foi superior ao mesmo período do ano anterior (301.138), demonstrando uma variação positiva de 4,22% em 12 meses.

Gráfico 13 - Evolução mensal do emprego por setor de atividade econômica no estado do Piauí em 2021 e 2022



Fonte: Novo Caged -SEPR/ME (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Diante dessa variação, mesmo com a queda habitual do mês de dezembro, o valor de estoque de trabalhos formais evidencia uma trajetória de crescimento do nível de emprego no Piauí em um cenário de recuperação da economia após o abrandamento da pandemia de Covid-19.

7.3 Evolução do Emprego nos Municípios mais Populosos

O Piauí apontou saldo positivo dos postos de trabalho em 12 dos 15 municípios mais populosos ao longo do ano de 2022, embora com uma redução no estoque em torno de 34% em relação ao desempenho apresentado em 2021.

Os maiores saldos de admissões ocorreram em Teresina (8.331), Parnaíba (843), Picos (271), Oeiras (261) e Floriano (216). Apenas os municípios de União (-238), Miguel Alves (-63) e São Raimundo Nonato (-57) apresentaram redução no número de empregos formais, como demonstra a Tabela 33, que também evidencia o comparativo entre o saldo apresentado em 2021.

Tabela 33 - Empregos formais dos 15 maiores municípios no estado do Piauí em 2021/2022 (janeiro a dezembro)

Município	2021			2022			Variação no saldo (%)
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo	
Altos	818	637	181	1143	968	175	-3
Barras	370	258	112	474	409	65	-42
Campo Maior	1182	852	330	1.081	999	82	-75
Esperantina	589	400	189	718	606	112	-41
Floriano	3.656	2.723	933	3.227	3.011	216	-77
José de Freitas	436	244	192	571	424	147	-23
Miguel Alves	242	162	80	289	352	-63	-179
Oeiras	910	678	232	1078	817	261	13
Parnaíba	6.966	5.459	1.507	7.812	6.969	843	-44
Pedro II	280	200	80	450	333	117	46
Picos	3.491	2.975	516	3.995	3.724	271	-47
Piripiri	2389	1880	509	1.912	1.853	59	-88
São Raimundo Nonato	1191	885	306	1236	1293	-57	-119
Teresina	72.061	61.921	10.140	78.231	69.900	8.331	-18
União	2.434	2.067	367	2.981	3.219	-238	-165
Total	97.015	81.341	#####	105.198	94.877	10.321	-34

Fonte: Novo Caged - SEPRT/ME (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Embora se observe um aumento no número total de postos de trabalho em 12 municípios, nota-se que houve um crescimento menor em comparação com o ano anterior, no qual houve uma geração de 15.674 empregos formais nesses mesmos municípios.

7.4 Situação do Brasil, Nordeste e demais Regiões do País no Contexto Geográfico

Em 2022, o Brasil apresentou um saldo de 2.037.982 empregos formais, o que representa uma ampliação de 5% no estoque do mercado formal, totalizando 42.716.337 vínculos dessa natureza ao final de dezembro.

No entanto, é importante ressaltar que, embora tenha havido uma ampliação na geração de empregos, o desempenho do período em análise foi inferior ao de 2021, quando foram gerados 2.776.733 postos de trabalhos formais.

No contexto regional, todas as regiões mostraram saldos positivos e os melhores desempenhos ocorreram na região Sudeste (978.666), Nordeste (385.094) e Sul (309.277). Em relação à geração de empregos realizadas em 2021, o saldo apresentado em 2022 para essas regiões foi menor em 28%, 22% e 36%, respectivamente.

A geração de empregos formais e o comparativo com o saldo anual das

unidades federativas e das cinco regiões, em relação a 2021, estão demonstrados na Tabela 34.

Tabela 34 - Quantidade líquida de empregos gerados no Brasil / Unidades Federativas / Regiões em 2021/2022

Nível Geográfico	Acumulado no ano 2021			Acumulado no ano 2022			Variação no saldo (%)
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo	
Brasil	20.950.053	18.173.320	2.776.733	22.648.395	20.610.413	2.037.982	-27
Nordeste	2.794.593	2.303.660	490.933	3.053.939	2.668.845	385.094	-22
Maranhão	224.982	181.473	43.509	255.882	215.472	40.410	-7
Piauí	121.572	100.946	20.626	131.699	118.970	12.729	-38
Ceará	497.576	416.268	81.308	541.061	474.050	67.011	-18
Rio Grande Norte	193.124	160.765	32.359	198.929	177.728	21.201	-34
Paraíba	178.601	144.386	34.215	191.472	168.461	23.011	-33
Pernambuco	527.462	434.249	93.213	569.002	500.090	68.912	-26
Alagoas	162.556	131.966	30.590	177.996	158.354	19.642	-36
Sergipe	107.005	91.703	15.302	115.003	103.271	11.732	-23
Bahia	781.715	641.904	139.811	872.895	752.449	120.446	-14
Norte	982.287	822.102	160.185	1.076.364	957.223	119.141	-26
Rondônia	136.859	121.484	15.375	155.467	139.726	15.741	2
Acre	42.559	34.764	7.795	49.260	41.834	7.426	-5
Amazonas	218.083	181.248	36.835	242.883	207.614	35.269	-4
Roraima	37.240	32.491	4.749	47.410	39.555	7.855	65
Pará	413.960	341.226	72.734	421.139	388.476	32.663	-55
Amapá	34.729	28.446	6.283	42.958	37.166	5.792	-8
Tocantins	98.857	82.443	16.414	117.247	102.852	14.395	-12
Sudeste	10.898.085	9.532.140	1.365.945	11.618.813	10.640.147	978.666	-28
Minas Gerais	2.225.917	1.916.421	309.496	2.449.311	2.271.315	177.996	-42
Espírito Santo	413.076	359.405	53.671	471.449	426.634	44.815	-17
Rio de Janeiro	1.342.896	1.156.984	185.912	1.523.935	1.329.066	194.869	5
São Paulo	6.916.196	6.099.330	816.866	7.174.118	6.613.132	560.986	-31
Sul	4.346.434	3.863.664	482.770	4.632.250	4.322.973	309.277	-36
Paraná	1.586.093	1.411.101	174.992	1.731.097	1.612.948	118.149	-32
Santa Catarina	1.444.362	1.277.413	166.949	1.485.526	1.395.171	90.355	-46
Rio Grande do Sul	1.315.979	1.175.150	140.829	1.415.627	1.314.854	100.773	-28
Centro-Oeste	1.908.721	1.641.710	267.011	2.234.148	2.002.367	231.781	-13
Mato Grosso do Sul	293.238	255.866	37.372	360.630	320.323	40.307	8
Mato Grosso	490.973	427.291	63.682	587.317	529.963	57.354	-10
Goiás	762.676	653.782	108.894	879.448	791.729	87.719	-19
Distrito Federal	361.834	304.771	57.063	406.753	360.352	46.401	-19
Não identificado	19.933	10.044	9.889	32.881	18.858	14.023	42

Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Em relação ao Nordeste, todos os estados mostraram saldo positivo no que se refere às vagas de emprego: Bahia (120.446), Pernambuco (68.912), Ceará (67.011), Maranhão (40.410), Paraíba (23.011), Rio Grande do Norte (21.201), Alagoas (19.642), Piauí (12.729) e Sergipe (11.732).

7.5 Taxa de Desocupação

A taxa de desocupação, também conhecida como taxa de desemprego, é um indicador econômico que mede a proporção da força de trabalho que está desempregada e procurando trabalho em relação à força de trabalho total. Representa, assim, a porcentagem da população economicamente ativa que não está trabalhando e está disponível para trabalhar.

Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou-se que a taxa de desocupação do Piauí para o 4º trimestre de 2022 foi de 9,5%, abaixo da taxa do Nordeste (10,9%), mas acima da taxa do Brasil (7,9%).

Destaca-se que o valor apresentado no período em análise corresponde a uma redução de 2,4 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano passado, conforme evidencia a Tabela 35.

Tabela 35 - Taxa de desocupação (%) no Brasil/Piauí/Nordeste em 2021/2022 (outubro a dezembro)

Unidade Federativa	Taxa de Desocupação (%)	
	2021	2022
Pernambuco	17,1	12,3
Bahia	17,3	13,5
Alagoas	13,4	9,3
Maranhão	13,4	8,3
Rio Grande do Norte	12,7	9,9
Sergipe	14,5	11,9
Piauí	11,9	9,5
Ceará	11,1	7,8
Paraíba	13,0	10,3
Nordeste	14,7	10,9
Brasil	11,1	7,9

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Em relação ao comportamento apresentado em todo o ano de 2022, as taxas de desocupação observadas para o país e para os estados do Nordeste evidenciam uma trajetória de queda. Esse resultado pode ser associado a uma intensificação do consumo e da produtividade presentes no ciclo de retomada das atividades econômicas após os períodos mais restritivos da pandemia de Covid-19, afetando diretamente o ritmo de recuperação do mercado de trabalho.

Os dados demonstram que ao longo dos quatro trimestres houve uma queda da desocupação em todos os entes em análise, com relativa estabilidade para o Piauí a partir do segundo trimestre, conforme ilustra a Tabela 36.

Tabela 36 - Taxa de desocupação (%) no Brasil/Piauí/Nordeste em 2022 (1º ao 4º trimestre)

Unidade Federativa	Taxa de Desocupação 2022 (%)			
	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI
Pernambuco	17,0	13,6	13,9	12,3
Bahia	17,6	15,5	15,1	13,5
Alagoas	14,2	11,1	10,1	9,3
Maranhão	12,9	10,8	9,7	8,3
Rio Grande do Norte	14,1	12,0	10,5	9,9
Sergipe	14,9	12,7	12,1	11,9
Piauí	12,3	9,4	9,2	9,5
Ceará	11,0	10,4	8,6	7,8
Paraíba	14,3	12,2	10,9	10,3
Nordeste	14,9	12,7	12,0	10,9
Brasil	11,1	9,3	8,7	7,9

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Ressalta-se, ainda, que entre os meses de outubro a dezembro a taxa de desocupação do estado foi a única com um comportamento de alta (0,3 p.p.), porém dentro da estabilidade, na medida em que a população desocupada passou de 133 mil pessoas para 134 mil.

Em relação à população ocupada, a PNAD Contínua estimou, ao final do mês de dezembro, 1,284 milhão de pessoas incorporadas no mercado de trabalho no Piauí, o que corresponde a um decréscimo de 1,68 p.p. no quarto trimestre em relação ao trimestre anterior e uma redução de 0,16 p. p. quando comparado ao 4º trimestre de 2021.

As Tabelas 37 e 38 demonstram a síntese da população ocupada para o Piauí, Nordeste e Brasil, em relação ao trimestre anterior e ao período de 12 meses.

Tabela 37 - População ocupada (mil pessoas) no estado do Piauí em 2022 (3º e 4º trimestres)

Unidade Federativa	População Ocupada (mil pessoas)		VAR (%)
	3º Trimestre	4º Trimestre	
Piauí	1.306	1.284	-1,68
Nordeste	22.382	22.481	0,44
Brasil	99.269	99.370	0,10

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Tabela 38 - População ocupada (mil pessoas) no estado do Piauí em 2021/2022 (outubro a dezembro)

Unidade Federativa	População Ocupada (mil pessoas)		VAR (%)
	2021	2022	
Piauí	1.286	1.284	-0,16
Nordeste	21.481	22.481	4,66
Brasil	95.747	99.370	3,78

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Os dados da população ocupada revelam que a Região Nordeste apresentou um aumento em torno de 0,44% em relação aos meses de julho a setembro e de 4,66% quando comparado ao mesmo período de 2021. Para o Brasil, o aumento da ocupação foi de 0,1% em relação ao trimestre anterior e de 3,78% nos últimos 12 meses.

Com relação aos dados de ocupação do estado, a categoria que apresentou maior estoque de ocupação ao final de dezembro foi a dos trabalhadores por conta própria (354.000), seguidos das pessoas ocupadas no setor privado com carteira assinada (259.000) e das pessoas ocupadas no setor privado sem carteira (240.000)

O quadro da população ocupada para o 4º trimestre de 2022 e o comparativo ao mesmo período do ano anterior está apresentado na Tabela 39.

Tabela 39 - População ocupada por posição na ocupação (mil pessoas) no estado do Piauí em 2021/2022 (4º trimestre)

Posição na ocupação	2021	Part. (%)	2022	Part. (%)	Variação (%)
Setor privado c/ carteira	227	17,6	259	20,2	14,1
Setor privado s/ carteira	240	18,6	240	18,7	0,0
Trabalhador doméstico	71	5,5	83	6,5	16,9
Setor público	230	17,9	230	17,9	0,0
Empregador	45	3,5	61	4,8	35,6
Conta própria	415	32,2	354	27,6	-14,7
Trabalhador familiar auxiliar	59	4,6	57	4,4	-3,4
Total	1287	100	1284	100	-0,23

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Assim, os dados trazidos pela PNAD Contínua evidenciam que houve uma ampliação da ocupação em três das sete posições, com destaque para Empregadores – que são as pessoas que trabalham explorando o seu próprio empreendimento, com, pelo menos, um empregado –, que aumentaram em 16 mil (35,6%) entre dezembro de 2021 e 2022.



Merece destaque o aumento apresentado na ocupação dos trabalhadores do setor privado com carteira assinada (259 mil), que voltaram a superar aqueles que trabalham no mesmo setor, porém sem carteira assinada (240 mil).

AGRICULTURA

A produção agrícola estimada do Piauí (cereais, leguminosas e oleaginosas) apresentou um crescimento de 17,23% para o ano de 2022. No cenário regional, o Piauí ocupa a 1ª posição na produção de milho no Nordeste, participando com 27,59% da produção na região. A soja representou a principal cultura vegetal estadual, com 51,90% da produção total das culturas agrícolas.

COMÉRCIO

O **Comércio Varejista** do Estado do Piauí apresentou um crescimento de 1,9% na venda de produtos e serviços ligados ao setor no acumulado do ano, desempenho superior à média nacional (1,0%). Além disso, o **Comércio Varejista Ampliado** registrou um acréscimo de 2,5% no acumulado do ano, garantindo o 8º maior crescimento entre os estados brasileiros, resultado bem superior à média nacional (-0,6%).

SERVIÇOS

O consumo de energia elétrica obteve 3.990.017 MWh no acumulado do ano de 2022, apresentando relativa estabilidade em relação ao ano anterior, com variação de 0,87%. O resultado concentrou-se em grande parte no consumo residencial (50,21%) e comercial (21,38%). O número de consumidores atingiu 1.422.073 clientes, representando um incremento de 4,16% em relação ao ano passado. No ano de 2022, ocorreu a incorporação de 56.832 novos consumidores.

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações do Piauí no ano de 2022 garantiram ao Estado um crescimento nominal de 92,8% em relação ao valor realizado ao longo do ano anterior, alcançando um faturamento de US\$ 1.654.071.764,00. Os principais produtos da pauta de exportação foram soja, milho, tortas e outros resíduos sólidos da extração de óleo de soja e mel. O saldo da balança comercial, que leva em conta a diferença entre o valor de exportações e importações, mostrou um saldo de US\$1.406.098.232, representando uma variação de 318,06% em relação ao ano anterior. Esse resultado se deu, em grande parte, como reflexo da diminuição da importação e dos ganhos de exportações, favorecidos pelo aumento da produção do agronegócio e pela variação do dólar, que permaneceu em patamares elevados nos últimos 24 meses.

FINANÇAS PÚBLICAS

As receitas realizadas no período do ano de 2022 permitiram um crescimento nominal de 4,45% em comparação ao ano anterior, influenciado, principalmente, pelo crescimento de 17,69% das Receitas Correntes, que representam maior peso nas receitas totais. Com relação ao valor consolidado, a Receita Consolidada Líquida (RCL) do Estado do Piauí apresentou uma expansão nominal de 18% em relação à Receita Corrente Líquida consolidada em dezembro 2021. Quanto à Despesa Total com Pessoal (DTP), ao final de dezembro de 2022, correspondia a 42,25% da RCL, encontrando-se abaixo dos limites prudencial (46,55%) e de alerta (44,10%).

PREVIDÊNCIA SOCIAL

O último trimestre do ano de 2022 finalizou com 693.248 pensionistas e aposentados pelo INSS, apontando um incremento de 3,31% em relação ao mesmo período no ano de 2021. Os valores pagos a título de benefícios cresceram 12,23%, 12,55% e 11,99% no meses de outubro, novembro e dezembro de 2022, respectivamente, totalizando R\$ 2,163 bilhões no trimestre.

EMPREGO FORMAL

Ao finalizar o ano de 2022, o Piauí apresentou um saldo de 12.729 empregos entre admissões (131.699) e demissões (118.970). Os setores das atividades econômicas com melhor desempenho foram, respectivamente, Serviços, Comércio, Indústria e Construção. Os municípios que mais geraram novos postos de trabalho foram Teresina (8.331), Parnaíba (843), Picos (271), Oeiras (261) e Floriano (216).

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

Verificou-se uma taxa de desocupação no Piauí para o 4º trimestre de 2022 de 9,5%, representando um valor 2,4 p.p. inferior em relação à taxa observada ao final de 2021 (11,9%). Além disso, o Estado registrou a quarta menor taxa entre as unidades federativas do Nordeste, estando atrás apenas de Ceará, Maranhão e Alagoas.